

## **Dos tortuosos caminhos da história da esquerda: a produção historiográfica sobre a POLOP<sup>1</sup>**

**Eurelino Coelho<sup>2</sup>**

**Resumo:** Balanço crítico da produção historiográfica sobre a Política Operária, organização de esquerda brasileira. A premissa é de que as características da historiografia sobre a POLOP revelam aspectos importantes sobre tendências dominantes na historiografia de partidos e organizações de esquerda como um todo.

**Palavras-chave:** história dos partidos e organizações de esquerda; historiografia; teoria e metodologia da história.

## **About the winding ways of the history of the Left: the historiographic production on POLOP**

**Abstract:** It's a critical balance about historiographic production on Labours Politics (POLOP), a leftist Brazilian organization. The starting point is that POLOP's historiography reveal aspects those are dominants in general historiography on leftist parties and organizations.

**Keywords:** history of leftists parties and organizations; historiography; theory and methodology of History.

---

<sup>1</sup> Versão preliminar deste texto foi publicado no livro organizado por PAIVA, Sergio. Erico Sachs/Ernesto Martins. Um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador, CVM, 2017.

<sup>2</sup> Professor da UEFS, pesquisador do LABELU.

Este texto se equilibra sobre um dilema. A historiografia dedicada à POLOP<sup>3</sup> é parte de algo maior, que poderíamos denominar de campo de estudos sobre a história da esquerda no Brasil. Ainda carecemos de pesquisas que, seguindo a sugestão de Bourdieu, investiguem a historiografia da esquerda como *campo*, isto é, como território social onde se cruzam relações de poder simbólico que instituem, deslocam e destituem posições no transcurso de uma luta em que está em jogo o controle sobre o próprio campo e o poder que ele confere – o de atribuir significados legítimos. Tampouco avançaram os estudos que, tomando a historiografia da esquerda como uma produção cultural de circulação relativamente ampla, problematisassem suas conexões complexas e contraditórias com os sofisticados mecanismos de que se constitui a trajetória da hegemonia burguesa no Brasil e de seus antagonistas. As abordagens mais promissoras desta dupla problemática seriam as que explorassem o que há nelas de conexo, dialeticamente integrado, ao invés de as tratar isoladamente.<sup>4</sup> Não dispomos de nada semelhante sobre nossa área que é, de qualquer modo, bastante singular.

O que nos leva ao dilema: o exame crítico restrito à historiografia da POLOP, que é meu objetivo aqui, não pode fornecer respostas para essas questões, posto que elas exigiriam considerar amplamente o mencionado campo historiográfico e não somente uma de suas partes. Mas também não pode evitá-las, pois a exclusão daquelas questões, que corresponderia a circunscrever a análise aos conteúdos que figuram no âmbito interno do corpus, levaria a uma delimitação artificial e empobrecedora. Uma das características mais típicas da historiografia sobre a esquerda, possivelmente mais poderosa aqui do que em outros domínios, é a frequente aparição do que poderíamos denominar *pontos de extrapolação*: elementos mobilizados pelos historiadores em seus esforços analíticos cujas raízes ultrapassam a fronteira das fontes ou cujo sentido se projeta para além do tema eleito. Dito de outro modo, quando lemos a historiografia sobre uma organização de esquerda – a da POLOP é um bom exemplo – nos deparamos muitas vezes com peças argumentativas que, criticamente examinadas, revelam-se como táticas aplicadas nas disputas no interior do *campo* ou como dispositivos de hegemonia. São exatamente os aspectos privilegiados pelas problemáticas delineadas acima que, no estado atual das pesquisas, não temos como resolver.

---

<sup>3</sup> No âmbito deste trabalho a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-PO), o Partido Operário Comunista (POC) e a Organização Comunista Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO) são consideradas como fases distintas da trajetória da Política Operária (POLOP). A questão não é isenta de controvérsias. Cf. COELHO, Eurelino e SANTOS, Igor. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: SILVA, Elizete da e NEVES, Erivaldo Fagundes. *Cultura, Sociedade e Política: ideias, métodos e fontes na investigação histórica*. Feira de Santana, UEFB, 2014, pp. 45-61.

<sup>4</sup> Um exemplo inspirador é o trabalho de Sonia Regina de Mendonça sobre as interrelações entre o ensino superior agrônomo, as relações de poder dele decorrentes e as políticas de formação de quadros técnicos. MENDONÇA, S. R. de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

Se não produzi respostas para aquelas questões a partir do corpus composto pela historiografia sobre a POLOP, talvez possa contribuir de outro modo. De certa forma, este trabalho é um estudo de caso. O que apresento nos parágrafos a seguir foi o resultado do esforço de acompanhar a constituição de um campo de estudos históricos em torno de um tema específico, a trajetória de uma organização de esquerda brasileira. Além do inventário das obras, procurei fazer um mapeamento de temas e questões privilegiadas, um panorama do que se pode encontrar sobre a POLOP nas prateleiras das boas bibliotecas ou nos bancos de teses universitárias. Tais mapas permitiram divisar os pontos sobre os quais foi tecida a trama historiográfica: confluências e dissensos, zonas de luz e de sombra, superposições, repetições e deslocamentos.

Uma das descobertas proporcionadas por essas leituras foi a da existência de dois modos de conduzir a reflexão histórica sobre a POLOP, duas ordens distintas de prioridades na definição dos objetivos de pesquisa. Um deles concentra seu foco na avaliação política das posições assumidas pela organização ao longo de sua trajetória. Operando a partir de *pontos de extrapolação*, suas problemáticas são formuladas em termos de confirmar ou negar a justeza das elaborações e posicionamentos da POLOP em seu próprio tempo ou mesmo sua atualidade face a questões contemporâneas. O segundo, sem necessariamente se omitir quanto à apreciação do papel histórico da organização, dirige suas atenções mais diretamente para a decifração de enigmas históricos identificados naquela trajetória. Seu foco não é a avaliação política e sim a investigação histórica. Esses dois modos de proceder não são necessariamente incompatíveis, havendo mais de uma obra em que aparecem articulados. Combinando de diferentes maneiras essas modalidades de intervenção sobre a história da POLOP este pequeno universo de historiadores produziu não apenas distintos modos de ver, mas efeitos políticos diferentes e, não raro, conflitantes. Foi possível constatar que tais efeitos políticos incidem sobre o campo historiográfico, sobre alguns dos terrenos em que se trava a luta por hegemonia na sociedade ou, mais frequentemente, sobre ambos. Ora, é razoável supor que esta oscilação entre ordens de prioridade na definição de objetivos de pesquisa e os efeitos políticos a ela associados não são uma peculiaridade afeita apenas aos estudiosos da POLOP, ao contrário, se manifesta, de diferentes maneiras, em todo o campo da historiografia da esquerda. Assim, os resultados deste estudo de caso poderiam sugerir hipóteses sobre a dupla problemática anunciada acima, para obras produzidas nos mesmos períodos.

As dimensões relativamente reduzidas do corpus que reúne a historiografia sobre a POLOP não impedem que ela venha a ser o ponto de partida para a elaboração de hipóteses a serem submetidas a verificação posterior em estudos mais amplos sobre a historiografia da esquerda. Com relativa exceção do PCB e, se decidirmos classificá-los como de esquerda, dos trabalhistas, a história das organizações de esquerda que atuaram no Brasil no século XX ainda

é pouco estudada e, por isso mesmo, pouco conhecida. Trata-se de um campo de estudos relativamente pequeno. Se compararmos o volume da nossa historiografia sobre a esquerda, seja em formato acadêmico (teses, dissertações) ou publicada (livros, revistas especializadas), com a que encontramos em países como Itália, França, Inglaterra ou Argentina, a diferença salta imediatamente aos olhos. Esta escassez de interesse merece ser estranhada, ao menos, para os momentos em que aquelas organizações incomodaram vivamente o Estado e foram por ele consideradas – e combatidas – como um problema político muito sério.

Foi o que ocorreu no período correspondente à existência da POLOP, dos últimos anos da década de 50 até o final da ditadura militar, que foi marcado pela intensificação da luta política no país e deu ocasião ao surgimento de vários grupos de esquerda, multiplicando as alternativas programáticas e organizativas que, lutando por seus objetivos, disputavam espaço entre si. A significativa agitação da vida política nacional decorrente da atuação daqueles grupos, alguns com ações armadas (e da mobilização do grande aparato repressivo estatal para combatê-las), contrasta com a pequena atenção a elas dedicada pelos pesquisadores da história do Brasil recente. Nas prateleiras de livrarias e bibliotecas universitárias a historiografia da esquerda ocupa, comparativamente, espaços estreitos. A explicação para este fenômeno que, como já mencionamos, supõe uma pesquisa ampla do campo historiográfico na atualidade, não será tentada aqui. Mas é preciso ter este quadro em mente quando se inicia um balanço da produção historiográfica sobre a POLOP.

Por sua dimensão quantitativa, observada em números absolutos, a historiografia sobre a POLOP pode parecer diminuta, mas em termos relativos, ou seja, levando em conta o pequeno número do total de trabalhos dedicados à história da esquerda como um todo, não é assim. Levantamento feito na rede mundial de computadores com ajuda de instrumentos de busca nos fazem acreditar que, exceto o PCB, nenhuma outra organização de esquerda no Brasil foi tema de trabalhos acadêmicos e publicações especializadas de história mais vezes do que a POLOP. Aliás, parece delinear-se um crescimento recentíssimo do interesse pela história da POLOP, como veremos. Por detrás deste impulso está a atividade do Centro Victor Meyer, que tomou medidas cruciais para a preservação da memória da organização. Graças aos esforços dos membros do CVM e ao fato de que a POLOP sempre se caracterizou pela abundante produção de textos, têm sido postas à disposição dos pesquisadores bases documentais extensas e valiosíssimas, grande parte ainda inexplorada.

As estantes que examinamos continham apenas textos oriundos de pesquisas sobre a história da POLOP. Não consideramos as narrativas e reflexões de cunho memorialístico de ex-militantes, o que certamente ampliaria bastante o nosso corpus. Este é um material riquíssimo para a pesquisa histórica que permanece quase inexplorado – compartilhando a sorte dos demais

estudos sobre a esquerda – mas, exatamente por isso, apresenta desafios cuja complexidade e extensão estão além do nosso alcance neste momento.<sup>5</sup> Tampouco foram incluídos textos sobre a trajetória da POLOP produzidos como armas na luta política travada seja no interior da organização seja contra ela, ou para cumprir objetivos pedagógicos/formativos traçados por instâncias dirigentes. Esses textos, relativamente numerosos nos acervos históricos disponíveis,<sup>6</sup> são fontes imprescindíveis para a pesquisa histórica, na medida em que dão acesso a modos de ver a história da POLOP que foram construídos e empregados por autores como recursos úteis à sua atividade militante, individual ou coletiva. Por isso mesmo é que preferimos interpretá-los como mais um aspecto da própria história da POLOP, ou seja, como fontes primárias.

Por fim, não trataremos da bibliografia, que possui dimensões apreciáveis, dedicada a temas que, conquanto inseparáveis da trajetória da POLOP, foram objeto de investigações especializadas que privilegiavam aspectos outros que não a história da organização. Este é o caso, por exemplo, das discussões a respeito da *teoria da dependência* ou de determinados conceitos, como *subimperialismo* ou *cooperação antagônica*. Tais construtos teóricos não apenas foram formulados ou retomados por intelectuais ligados organicamente à POLOP, mas foram concebidos ou desenvolvidos em estreita conexão com a vivência da práxis revolucionária experimentada na organização. Sobre esses temas não existe escassez de trabalhos, mas qualquer balanço a respeito deles exigirá mergulhar nas complexas problemáticas que orientaram aquelas produções, o que escapa aos objetivos mais modestos deste nosso esforço.

Ao longo de sua existência, que foi menos curta que a da maioria das organizações revolucionárias de esquerda no Brasil, a POLOP incomodou. Sua defesa intransigente do princípio da independência de classe, suas duras críticas à linha política do PCB ou à precipitação das organizações que adotavam o foquismo de modo automático, suas divergências a respeito da condução das lutas contra a ditadura nos anos 70... há muitos pontos de discórdia entre a POLOP e o restante da esquerda. Nas estantes que percorremos encontramos ecos dessas dissonâncias. Já dissemos que são frequentes as acusações e defesas apaixonadas não apenas a respeito de temas que, em seu devido tempo, foram objeto de disputa política real, mas também sobre o alcance ou a atualidade de conceitos e teses. Em certa medida, é o próprio significado histórico daquela trajetória que se mantém como questão aberta para os pesquisadores. Não

---

<sup>5</sup> Para citar somente dois exemplares deste rico conjunto: BAIARDI, Amílcar. Bira como rearticulador local da POLOP na Bahia nos meses que se seguiram ao golpe de estado de 1964. In: SALLES, João Carlos. *Filosofia e Consciência Social. Homenagem a Ubirajara Dorea Rebouças*. Salvador, Quarteto, 2016; MEYER, Victor. *O Labirinto. Encontros Clandestinos entre a vida e a morte*. Salvador, [sd], mimeo.

<sup>6</sup> O exemplo mais conhecido e muito citado em reconstituições históricas da POLOP é o texto de Raul Villa (pseudônimo de Eder Sader) Para um balanço da P.O. *Brasil Socialista*, ano II, n. 7, outubro de 1976.

deixa de ser surpreendente esta capacidade persistente de gerar incômodo para uma organização que esteve longe de ser hegemônica e que desapareceu de modo quase melancólico:

*Insignificante do ponto de vista numérico, isolado do epicentro das grandes mobilizações que envolviam o nascimento do PT e da CUT e fragmentado em mínimas facções regionais, o grupo dissolveu-se de modo lento, sem haver um desfecho bem definido no tempo.<sup>7</sup>*

O que haveria de tão inquietante nas marcas que aquela trajetória deixou no passado? Como essa inquietação contaminou historiadores que realizaram suas pesquisas muitos anos depois?

## I. LIVRARIAS E BANCAS

### I.1 História como autocrítica: a historiografia arrependida e a POLOP.

Se não nos detivermos nos textos mais antigos<sup>8</sup> e em escritos precursores sobre a história das organizações de esquerda em atuação durante os anos 60<sup>9</sup> podemos identificar *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, publicado pela Ática, como pioneira entre os textos nascidos de investigação histórica mais sistemática. Mais do que um *best-seller*, o livro elevou a novos patamares quantitativos (por sua ampla circulação) e qualitativos o debate sobre a história da esquerda recente. Ele mesmo personagem dessa história, em seu prefácio Gorender reconhece traços memorialísticos em seu livro, mas entende que isto “constitui parte menor da obra, subordinada ao esclarecimento de fatos políticos impessoais. O principal resultou de pesquisa historiográfica, sem nenhuma pretensão de ser exaustivo”.<sup>10</sup>

Gorender inclui a POLOP no rol das “outras esquerdas” (outras que não o PCB). Ele não se demora na narrativa da origem histórica da ORM, mencionando apenas os grupos que participaram da fundação e o nome de alguns dos quadros mais conhecidos, destacando Érico Sachs “por sua experiência e cultura”. Poucas linhas abaixo, fica claro que a prioridade do autor não era a reconstituição histórica de trajetórias e experiências, mas fazer sua própria intervenção no debate em torno do balanço político que se pode fazer daquela história. No que diz respeito à

---

<sup>7</sup> MEYER, Victor. Frágua inovadora: o tormentoso percurso da POLOP”. In: STOTZ, Eduardo. *O Tempo no Planetário e outros ensaios*. Rio de Janeiro, ed. do Autor, 2008, p. 141.

<sup>8</sup> Registre-se que em 1966 Theotônio dos Santos apresentou na Universidad de Concepción (Chile) o seu *La Izquierda Brasileña: História y Perspectiva*. Menciona as origens da POLOP, suas formulações no período anterior a 1964 e seus problemas pela ausência de bases de massas e pelo fracasso da frente com o PCdoB e o MRT. O texto, do qual conhecemos cópia digital do original mimeografado, permanece quase desconhecido até os nossos dias.

<sup>9</sup> Refiro-me à série de artigos escritos por Marco Aurélio Garcia como parte da série “Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979)”, publicada no jornal *Em Tempo* entre 1979 e 1980, aos três volumes de CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*, São Paulo, Difel, 1981 e ao clássico de REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. *Imagens de Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo, Ática, 1990, p.7.

POLOP a avaliação é de que ela “ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa”. Em Gorender a crítica à falta de tática ganha notas muito agudas:

*A POLOP se especializou na crítica ao reformismo e ao nacionalismo, porém se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, afinal de contas reiterando o obreirismo trotskista.<sup>11</sup>*

Ele questiona a condenação, pela organização, da “luta democrática pela reforma agrária” e a desvinculação da luta pelo socialismo da luta nacional anti-imperialista, que seria feita sob a alegação de que as diferenças entre os países capitalistas se tornariam menores diante do amadurecimento das condições de transição para o socialismo. Uma de suas conclusões, então, é que

*Quanto mais se expandia a influência do PCB entre as massas, mais este amálgama de ideias trotskistas e luxemburguesas parecia valorizar-se para os polopistas, apesar da insignificante repercussão na ação concreta. Ernesto Martins reconheceu o isolamento da POLOP e o justificou pela intoxicação reformista do movimento operário. Estranha justificativa: a culpa não era do doutrinário impotente, mas do PCB e das massas que aceitavam seu engodo.<sup>12</sup>*

A impotência prática, expressão da incapacidade tática, ganharia contornos mais graves após o golpe, quando os “intelectuais da POLOP se consideraram cheios de razões diante do fracasso do PCB”.<sup>13</sup> Foi quando o foquismo foi assumido como um atalho para, finalmente, passar à ação, mesmo com o fracasso da primeira tentativa de organização do foco, a “guerrilha de Copacabana”. O esforço para conciliar o corpo teórico da POLOP com o foquismo (uma “mescla incoerente”) foi uma tarefa que Érico Sachs teria realizado “visivelmente a contragosto”<sup>14</sup> na série de textos *Aonde Vamos*, mas que não impediu a adesão de bases da POLOP à proposta de passar rapidamente à luta armada. Foi esta, segundo Gorender, a causa da cisão no IV Congresso.

Uma crítica tão dura à POLOP não poderia silenciar quanto ao *Programa Socialista para o Brasil*. O autor aponta o que seria uma incoerência do documento, no qual o golpe de 64 seria explicado “pelas necessidades das classes dominantes de ‘(...) manter os seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que cresce’”. Ora, uma vez que aqueles movimentos populares eram “alvejados pela POLOP antes do golpe”<sup>15</sup> caberia uma autocrítica, que não foi

---

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 36.

<sup>12</sup> Id. Ibid., p. 36.

<sup>13</sup> Id., ibid., p. 127.

<sup>14</sup> Id., ibid., p. 128.

<sup>15</sup> Id., ibid., p. 128.

feita. Por sua vez, a proposta da frente de esquerda contida no programa nascia morta, pois a expectativa era de que ela se estruturasse com base no programa da própria POLOP.

Mesmo a teoria da dependência, que em outros autores aparece positivamente valorada como uma das contribuições da POLOP, não é poupada por Gorender. Sua boa aceitação nos meios universitários seria decorrente do prestígio que granjeou nos meios acadêmicos franceses e anglo-americanos. Mas a teoria, em si, seria equivocada. Ancorada em ideias de Trotsky e Rosa Luxemburgo

*a teoria da dependência absolutizou a causalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação da causalidade interna de cada país. Uma vez estabelecido que o sistema mundial está maduro para o socialismo, segue-se que todos os países nele integrados, não importando peculiaridades diferenciais, também se encontram às bordas da revolução socialista.<sup>16</sup>*

Não surpreende a negatividade das análises de Gorender sobre a POLOP. Ele tinha sido dirigente do PCB e um dos responsáveis pela elaboração da Declaração de Março, documento de 1958 que estabeleceu as bases programáticas reiteradas pelo V Congresso dois anos depois. Como sabemos, esta linha política do PCB foi duramente combatida por Érico Sachs e, depois, também pela POLOP. Após o golpe militar as divergências aparecem em novas bases. Gorender participou da fração denominada *Corrente Revolucionária* e, em 1968, da criação do PCBR, do qual viria a ser um dos dirigentes. Havia certas afinidades entre os programas do PCBR e da POLOP<sup>17</sup>, mas também alguns conflitos. O PCBR falava em *revolução popular*, para cuja detonação as guerrilhas teriam um papel decisivo, mas rejeitava expressamente a teoria do foco (apesar de, numa aparente contradição, endossar as recomendações da OLAS). Uma frente popular, representando a “grande maioria da nação”, seria a força política decisiva e, por isso, o PCBR condenava o “sectarismo que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular anti-imperialista”.<sup>18</sup>

O conflito com as posições defendidas pela POLOP era, pois, antigo. Ele ganhou seus contornos nos embates políticos travados entre aqueles que já disputavam entre si enquanto combatiam *nas trevas*. Às divergências antigas acrescentaram-se outras, mais novas, oriundas da autocrítica do ex-dirigente do PCBR. Ao avaliar o programa do PCBR quase vinte anos depois, Gorender o considera “ecclético”, a “mais típica das novas organizações que se debateram no esforço de enlaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e

---

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 75.

<sup>17</sup> Comparar, por exemplo, o *Programa Socialista para o Brasil*, da POLOP, com o *Linha Política*, do PCBR (1968). Foram publicados por REIS FILHO, D. A e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. Op. cit.

<sup>18</sup> *Linha Política*. In: REIS FILHO, D. A e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. Op. cit., p. 177.



incondicionada”.<sup>19</sup> Qualquer semelhança com a acusação de “mescla incoerente” lançada sobre a POLOP não parece ser mera coincidência.

No mesmo ano de publicação do *Combate nas Trevas* apareceu o livro de Antonio Ozaí, *História das Tendências no Brasil*. O plano da obra se parece, de certo modo, com a trilogia de Carone mencionada acima, pois regressa às origens dos movimentos comunista e anarquista e acompanha a trajetória dos primeiros por todo o século XX até os anos 80. Ao contrário de Carone, Ozaí não transcreveu documentos históricos, preferindo fazer ele mesmo sínteses das definições programáticas básicas das várias organizações que identifica. As informações que ele coligiu sobre a ORM ocupam apenas três parágrafos e, evidentemente, não foram além do que já havia sido publicado em Gorender ou no livro de Reis Filho e Sá. Estende-se um pouco mais ao apresentar os “rachas” da POLOP (COLINA e VPR) a partir da luta interna deflagrada pelo “grupo de Minas” que criticava a direção da ORM por “não oferecer uma perspectiva globalizada para a questão do poder” e propunha “como alternativa a palavra de ordem de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana”.<sup>20</sup> Este grupo optaria pela luta armada e daria origem ao COLINA, após o IV Congresso em 1967. A trajetória da VPR remonta à cisão do grupo de oposição paulista, convencidos pelo livro de Régis Debray de que o foco era o caminho da revolução no Brasil. Sua aproximação posterior a setores militares do *Movimento Nacionalista Revolucionário* e ao “grupo de Osasco” (militantes operários radicalizados ligados à luta sindical) deu origem à VPR. Ozaí acompanha a trajetória do POC em perspectiva semelhante à de Marco Aurélio Garcia, mas avança no tempo para observar, já no período da OCML, o surgimento da *Fração Bolchevique*. Crítica do “doutrinarismo” da OCML, a fração daria origem ao *Movimento de Emancipação do Proletariado* – MEP.

*A Esquerda e o Golpe de 64*, de Dênis de Moraes, nasceu de uma pesquisa que, assim como os trabalhos mencionados anteriormente, abrangeu o conjunto das organizações de esquerda, mas limitada ao período anterior ao golpe. Seu foco, no entanto, é definido por uma problemática muito mais precisa: “Por que a esquerda perdeu? (...) Por que os setores progressistas se apresentavam tão divididos? Por que as lideranças populares e as organizações de esquerda perderam a luta ideológica em plena fase de ascenso do movimento de massas?”<sup>21</sup>.

Moraes não fez uma contribuição própria ao conhecimento sobre a história da POLOP, e nem era este o seu objetivo. A exceção é a transcrição de uma entrevista de Theotônio dos Santos, que passaria a ser citada por quase todos os trabalhos posteriores. Mas ele tem uma tese a

---

<sup>19</sup> GORENDER, J. *Combate nas Trevas*, op.cit., p. 103.

<sup>20</sup> OZAÍ, Antonio. *História das Tendências no Brasil. Organizações, cisões e propostas*. 2ª ed., São Paulo, Proposta Editorial, [s.d.], p. 113.

<sup>21</sup> MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 12.

defender sobre as razões do fracasso da esquerda que seria acolhida e desenvolvida nas décadas seguintes.<sup>22</sup> A derrota deveria ser pensada levando-se em conta “dois dados fundamentais: a) as contradições entre as forças progressistas superam a busca de um consenso que respalde a unidade de ação nas questões centrais ao avanço democrático; b) a subestimação do valor da democracia”.<sup>23</sup> Em ambos os “dados” a POLOP teria sua dose de culpa. Por um lado, na esterilização do ímpeto mudancista da esquerda, ao bloqueá-lo nas “cisões provocadas pelo radicalismo verbal de alguns ou pelos mapas teóricos de outros”.<sup>24</sup> Moraes expõe superficialmente as diferenças programáticas entre os grupos de esquerda (embora tenha se perguntado sobre razões da derrota ideológica na introdução) e lança sobre todos eles a mesma condenação: “Não, não éramos os campeões da unidade na corrida para mudar o mundo”. Mesmo diante da “realidade de um país que tinha índices sociais alarmantes” a unidade não foi construída. A despeito de lidar com fontes limitadas a algumas entrevistas e poucos documentos escritos, ele imprime um tom de desaprovação à posição estreita da ORM a respeito da constituição de uma frente ampla contra o golpe: “A POLOP, no seu estilo de agressividade retórica, queria a unidade, mas a ‘unidade revolucionária’, que se forjaria à base de uma política de classe e em nome dos verdadeiros interesses da classe operária’.”<sup>25</sup> Esta acusação já é nossa conhecida desde o livro de Gorender. O segundo “dado”, sobre o “golpismo da esquerda” e o abandono da democracia, é construído a partir do argumento de Francisco Weffort, citado por Moraes, questionando a incapacidade da esquerda de conceber a democracia não apenas como um instrumento, mas como um fim em si. Após definir a democracia burguesa como paradigma, não é difícil concluir que a POLOP (como boa parte da esquerda) não tinha compromisso com a democracia.

Muito mais influente que a tese de Dênis de Moraes foi a de Daniel Aarão Reis Filho, oriunda de seu trabalho de conclusão de doutorado e publicada em 1990 pela Brasiliense num livro que, assim como o de Gorender, teve sucesso imediato a ponto de merecer uma segunda edição ainda no mesmo ano: *A Revolução Falta ao Encontro: Os comunistas no Brasil*. Aqui não pode ser o lugar para desenvolver a crítica atenta que diversos aspectos desta obra, mesmo após tantos anos, continuam a merecer, desde a tese principal até o tom de calculada ironia com que o autor se refere aos grupos comunistas estudados. No entanto, o modo como a POLOP aparece no livro de Reis Filho só é compreensível se temos em conta seu argumento geral para responder à mesma questão de Dênis de Moraes: porque a esquerda foi derrotada? Reis Filho, que estende sua pesquisa até 1970, se propõe a refutar as hipóteses que atribuem a derrota a debilidades ou

---

<sup>22</sup> Tive oportunidade de analisar as características da nova historiografia sobre o golpe e a ditadura em COELHO, Eurelino. Dois Golpes, duas Ditaduras. *História Revista* (Online), v. 20, p. 120-141, 2015.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 364.

<sup>24</sup> Id., *ibidem*, p. 171.

<sup>25</sup> Id., *ibidem*, p. 170.

erros que teriam sido cometidos pela esquerda e sugere uma “revisão do roteiro: por que não procurar o fundamento das derrotas nos pontos fortes das organizações comunistas, em suas linhas de resistência mais sólidas?”<sup>26</sup> Ora, se a derrota foi resultado dos “pontos fortes” da política comunista, o que Reis Filho pretende demonstrar é que esta política era, em si mesma, equivocada. Por outro lado, sua premissa de “inversão do roteiro” envolve, necessariamente, o apagamento das diferenças significativas entre os agrupamentos da esquerda.

O autor, organizador de importantes acervos históricos com documentos de diversos grupos de esquerda e ele mesmo ex-militante de um deles, conhece e não omite a existência de diferenças entre as organizações comunistas que atuavam antes do golpe (PCB, PCdoB e POLOP) ou entre aquelas que se originaram de seguidas cisões após 1964. Entende, porém, que tais diferenças não preponderam sobre as mais fundamentais semelhanças que elas compartilhariam. Tratando daquelas três primeiras organizações ele afirma: “a relação de divergências não pode obscurecer um notável campo de acordos” que “não eram fruto do acaso. Tinham uma base comum, plasmada nos anos 20 pela Internacional Comunista”. E, logo abaixo:

*Eram tantas as semelhanças que a visibilidade social de um perfil próprio não se destacou aos olhos dos comuns dos mortais. Por outro lado, as lutas políticas no interior da esquerda comunista, embora acesas e tensas, passaram quase despercebidas socialmente.*

*Embora diferentes, PCB, POLOP e PCdoB foram co-irmãs nas esperanças e nos delírios, na decepção e na derrota.*<sup>27</sup>

E é sobre todos os comunistas, POLOP incluída, que recai o veredito do historiador acerca das razões para a derrota. Ele identifica quatro “pontos fortes” ou “fatores de coesão” na política dos comunistas que, por seu sucesso, conduziram ao fracasso:

1) os “pressupostos fundadores – ou mitos coesionadores: a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda”.

2) a “dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da necessidade histórica’.”

3) a “estratégia de tensão máxima – o conjunto de mecanismos e condicionamentos elaborados para assegurar coesão e disciplina ao corpo de revolucionários profissionais de vanguarda”.

4) o “papel das elites sociais intelectualizadas que comandam e constituem majoritariamente as organizações comunistas”.<sup>28</sup>

Para Reis Filho todos “estes fatores de coesão, indispensáveis para o fortalecimento das organizações comunistas, debilitam e enfraquecem simultaneamente a capacidade dos

---

<sup>26</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 18.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 41-2.

<sup>28</sup> Id., *ibidem*, p. 182.

comunistas de manterem um contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico”.<sup>29</sup> Erguidas sobre tais fundamentos as organizações comunistas preparam-se exclusivamente para uma situação revolucionária mas, se ela não ocorrer, “o discurso, as propostas e o tipo mesmo de prática e de organização parecerão caricaturais, quase surrealistas, puro *non sense*... (...) as palavras dos comunistas girarão no vazio, tão patéticas e ineficazes como um motor de avião rodando desesperadamente no vácuo”.<sup>30</sup> Como a “revolução faltou ao encontro”, foi a isso que se reduziram as organizações comunistas brasileiras e foi este, portanto, o destino da POLOP.

Não foi difícil para Reis Filho enquadrar a POLOP no seu modelo dos “pontos fortes”, já que ele foi cortado sob medida para servir em qualquer organização revolucionária ligada ao marxismo. Assim como Dênis de Moraes, ele não tinha o propósito de contribuir para tornar conhecida a história da POLOP, e sim o de fazer a história da POLOP contribuir com sua tese sobre a derrota dos comunistas. Mesmo assim, para o estratagema funcionar foi preciso, vez por outra, espremer a história da POLOP dentro do figurino que o modelo traçara. Foi assim ao omitir a existência da tese do Governo Revolucionário dos Trabalhadores que, se mantida, dificultaria sua afirmação de que a definição do caráter socialista da revolução levava a POLOP a trabalhar com dicotomias imediatas: “Não havia alternativas intermediárias: reação ou revolução, socialismo ou imperialismo”. Ou sua constatação de que tanto a POLOP quanto o PCdoB se consideravam “preparadas e capazes para exercer o papel de vanguarda da revolução brasileira”,<sup>31</sup> quando ele mesmo fizera menção às formulações, muitas vezes reiteradas em documentos de todas as fases da organização, sobre a necessidade de *construir* o partido revolucionário.

“Os equívocos se acumulariam de forma dramática”, é a síntese de Reis Filho a respeito do modo como os comunistas, e mais que todos a POLOP, se negavam a “perceber a vitalidade e a capacidade de recuperação do capitalismo brasileiro” após o golpe.<sup>32</sup> Outro grande erro foi considerar que as classes dominantes constituíam um “bloco monolítico” e, por isso a negação de qualquer “política de alianças e o desprezo pela luta institucional”. Para a POLOP a “aliança entre os ‘de cima’ era resultado de um longo processo histórico através do qual convergiram os interesses do latifúndio, do capital nacional e do imperialismo. As eventuais contradições eram percebidas sob o conceito da ‘cooperação antagônica’”.<sup>33</sup> Mesmo quando se dedicavam ao estudo da realidade brasileira os comunistas erravam: “Haverá cursos para militantes e

---

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 183.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, p. 185-6.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 40.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, p. 53.

<sup>33</sup> Id., *ibid.*, p. 61-2. Registre-se que o uso do conceito de cooperação antagônica por seu propositor, August Thalheimer, e pela POLOP diferem substantivamente do que é sugerido por Reis Filho.

simpatizantes sobre o assunto, mas não se produzirão trabalhos relevantes, sobretudo em função da carência de pesquisas sérias”.<sup>34</sup> Esta última reprimenda também se estende sobre todos, mesmo sobre a POLOP que tanto se orgulhava do trabalho de seus intelectuais na investigação da realidade nacional. Aliás, na questão dos intelectuais a POLOP seria um caso de respeito à “ortodoxia kautskista-leninista: o socialismo era uma ciência. Só os intelectuais seriam capazes de alcançá-lo e deles dependia a formação política da classe operária”.<sup>35</sup>

Com este livro alcançamos o ponto máximo da historiografia do arrependimento. Muitos ex-militantes publicaram suas memórias e é muito comum que elas tragam consigo exercícios de autocrítica, algumas vezes radical. Quase todos, porém, optaram pela liberdade da narrativa literária, sem compromissos rígidos com os protocolos da pesquisa histórica. Gorender, Reis Filho e, de certo modo, Moraes, ao contrário, transpuseram para a oficina do historiador o acerto de contas que fizeram com o próprio passado. A história da POLOP aparece neste enquadramento geral. As singularidades de sua trajetória e suas peculiaridades doutrinárias não desaparecem, mas ficam menores para caber em narrativas que generalizam para toda a esquerda o ato de contrição proferido por ex-militantes que se tornaram famosos historiadores.

## **II.2 Pensando nas peculiaridades da POLOP.**

A partir dos anos 90 pode-se observar um deslocamento importante na problemática formulada pelos autores que pesquisavam a esquerda. O balanço global da política dos comunistas em termos de erros e acertos, predominante na fase anterior, cedia espaço para investigações mais especializadas, ampliando e aprofundando o conhecimento histórico sobre organizações que eram, agora, estudadas individualmente. É o momento em que ganha corpo uma historiografia específica sobre a POLOP constituída inicialmente por dissertações acadêmicas (analisadas mais abaixo) e a seguir também por artigos. Em alguns casos esses trabalhos desenvolvem novas questões ou aprofundam e diversificam o escopo das questões já formuladas. Em outros, como veremos, retornam ao *modus operandi* anterior, confirmando ou invertendo o resultado do balanço.

Marcelo Badaró publica o primeiro artigo sobre a POLOP em 2002, no quinto volume da coletânea *História do Marxismo no Brasil*, organizada por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. Mais do que refazer em detalhes o traçado da trajetória da ORM, Badaró se propõe a *avançar* “no debate sobre o papel desempenhado pela organização” a partir de algumas questões tratadas pela historiografia então disponível, algumas das quais já são, a essa altura, nossas conhecidas. Seu artigo investe tanto na “análise da composição social de sua militância e

---

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, p. 125.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, p. 144.

inserção nos movimentos sociais quanto na avaliação do conjunto de diagnósticos da realidade brasileira, propostas de intervenção e influência nos debates políticos e intelectuais”.<sup>36</sup>

Para analisar a composição social da POLOP Badaró recorre aos dados oriundos da Justiça Militar que foram sistematizados por Marcelo Ridenti a partir do acervo do *Projeto Brasil Nunca Mais*<sup>37</sup> e sua conclusão é a de que a proporção de estudantes, professores e profissionais liberais é semelhante ao que foi encontrado para outras organizações. Ele encontra diferenças significativas nos percentuais de trabalhadores manuais urbanos (bem menor na POLOP) e de militares de baixa patente (maior na POLOP que na média das demais organizações). A proporção relativamente alta de militares é explicada pelo lugar atribuído a marinheiros, cabos e soldados na “Frente dos Trabalhadores”, proposta tática da organização, e pela atuação da ORM, coerente com este programa, nos momentos de mobilização desses grupos na conjuntura anterior ao golpe.

Mais difícil é o problema da diminuta presença de trabalhadores em seu seio e da insuficiente penetração da POLOP nos espaços organizados da classe. O descompasso entre a centralidade da classe operária em seu projeto revolucionário e sua inserção concreta na classe era um incômodo permanente para a organização e o avanço de Badaró aqui não é a decifração do enigma, mas sua complexificação através da refutação de algumas teses recorrentes não só entre pesquisadores mas também ex-militantes. Profundo conhecedor da história do movimento operário, Badaró demonstra que as teses que a POLOP tentava fazer chegar ao movimento operário lançando mão de boletins voltados especificamente para o meio sindical eram “perfeitamente compatíveis com as deliberações dos encontros sindicais dos primeiros anos da década de 60”.<sup>38</sup> Ao lutar por autonomia e liberdade sindicais e pelo pleno direito de greve a POLOP condenava o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e o fundo sindical (parcela do imposto sindical que cabia ao Ministério), mas não o imposto como um todo. Sobre a estrutura sindical as posições da organização oscilaram entre “uma posição de trabalho exclusivo nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical oficial, e a defesa de uma ênfase tática nos comitês de empresas, sem abandonar a militância nos sindicatos oficiais”.<sup>39</sup>

A respeito das polêmicas entre a POLOP e os outros grupos de esquerda Badaró raciocina a partir das três questões que, segundo Ridenti, sintetizariam as divergências: sobre o caráter da revolução brasileira, sobre as formas da luta revolucionária e sobre o tipo de organização que

---

<sup>36</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil vol. V*. Campinas, Edunicamp, 2002, p. 187.

<sup>37</sup> Cf. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993.

<sup>38</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Em busca da revolução socialista...* op. cit., p. 191.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 191-2.

poderia realizar a tarefa. Neste debate “a POLOP representou um importante papel”<sup>40</sup> já pela definição do caráter socialista da revolução e pela crítica às políticas de alianças com segmentos da classe dominante brasileira. O autor não minimiza a tensão crescente que a atração pelo foquismo exerceu sobre a estratégia original de insurreição proletária, levando à atribuição de “um papel tático à guerrilha, de preparação do terreno para o levante do proletariado nos grandes centros fabris”.<sup>41</sup> Esta tentativa de conciliação não foi capaz de impedir a cisão do IV Congresso. Mas Badaró não perde de vista que a construção do partido revolucionário permaneceu como um dos objetivos centrais da organização, embora em certos momentos a “urgência” levasse a predefinir a linha do futuro partido sendo a própria linha da POLOP.

Por fim, o autor destaca aspectos das análises feitas pela POLOP sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sobre o golpe militar que exerceram notável influência sobre estudos posteriores. Dentre esses aspectos algumas teses axiais do que viria a ser a *teoria da dependência*, como as ideias da “inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro” e de

*um desenvolvimento ‘tardio’ do sistema capitalista no Brasil, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.*<sup>42</sup>

Badaró não incluiu as fases posteriores (POC e OCML) em seu artigo. Olhando apenas para a ORM, não tem dúvidas sobre o quanto aquela trajetória foi relevante em seu próprio tempo e por muitos anos mais.

Em 2007 Daniel Aarão Reis Filho voltaria a organizar, agora com Jorge Ferreira, uma coletânea sobre *As Esquerdas no Brasil*. Desta feita, porém, assumiu ele mesmo a redação do artigo sobre a POLOP, publicado no terceiro volume da coletânea. Ao contrário de Badaró, Reis Filho não se interessa pelo diálogo com as questões produzidas pela historiografia anterior, mas procura refazer passo a passo a trajetória da organização cobrindo também os períodos posteriores ao IV Congresso até o ano de 1986. Por esta via, chegará a conclusões opostas às de Badaró. Ele divide seu texto em seções correspondentes a etapas da trajetória da organização, sendo a primeira delas a do período anterior ao golpe, quando a POLOP atuou “semeando ideias”. Reis Filho faz sua própria seleção do que seriam as quatro principais ideias semeadas: a de que as reformas seriam inviáveis fora de um contexto revolucionário, a “do socialismo, colocado na

---

<sup>40</sup> Id., *ibid.*, p. 196.

<sup>41</sup> Id., *ibid.*, p. 203.

<sup>42</sup> Id., *ibid.*, p. 206-7.

ordem do dia pelos movimentos sociais e pela radicalização da conjuntura”,<sup>43</sup> a crítica ao reformismo do PCB e do PTB e a organização de um novo partido comunista.

Uma pausa antes de prosseguirmos. A seleção dessas “ideias” principais da POLOP feita por Reis Filho não está em conformidade com o que pensam maioria dos ex-militantes e dos pesquisadores sobre quais seriam os traços determinantes da especificidade da organização em face do restante da esquerda. Além disso, é preciso lembrar que o argumento da POLOP sobre o caráter socialista da revolução não corresponde à interpretação de Reis Filho.

Seja como for, para o autor a semente da POLOP limitava-se ao “âmbito do debate político e da luta teórica”. Sem conseguir “fazer valer suas proposições na sociedade (...) denunciava com veemência as políticas do PCB e do PTB, prevendo para elas derrotas inevitáveis e catastróficas.” Por isso, quando veio o golpe “a Polop imaginou que tinha chegado o tempo da colheita”.<sup>44</sup>

Na segunda fase, do golpe até o AI-5, não houve a esperada colheita. Reis Filho menciona a reiteração do chamado da POLOP para a “formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária”<sup>45</sup> e situa a série *Aonde Vamos?* no quadro de reafirmação das teses defendidas pela organização desde 1961. Mas o POC, que adotou o *Programa Socialista para o Brasil*, não foi o esperado partido revolucionário. Ele nem chegaria a compensar a perda dos grupos que romperam com a organização acusando-a de “*burocratismo, de inércia e de obreirismo, tomada por desvios teoricistas, incapaz de implementar suas propostas na prática. (...) Uma decepção, para quem tanto se empenhara em construir um partido de novo tipo*”.<sup>46</sup> Diferentemente de quase todos os que escreveram sobre a cisão de 67, Reis Filho não aponta como fator mais importante a divergência sobre a luta armada. Mas ele insiste na dificuldade da POLOP em passar da teoria à prática: “Quando lidos, os textos pareciam teoricamente sólidos. Mas, na passagem para a prática social, havia uma espécie de emperramento, como se as engrenagens, acionadas, não funcionassem”. O “único feito prático de porte (...) não passara de uma conspiração com graduados das forças armadas, desarticulada e desmantelada no nascedouro”, que recebeu o “cruel apelido de foco de Copacabana”.<sup>47</sup> Em 1968, no ascenso do movimento estudantil, o POC teria “participação modesta, mais a reboque das Dissidências Universitárias

---

<sup>43</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe Operária, Partido de Quadros e Revolução Socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil. Vol 3: Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 57.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

<sup>45</sup> Id., *ibidem*, p. 59.

<sup>46</sup> Id., *ibidem*, p. 60, itálicos no original.

<sup>47</sup> Id., *ibidem*, p. 60-61.



do PCB do que as liderando, como se poderia esperar de um *partido de vanguarda*". Também nas greves de Contagem e Osasco o POC teve "pálida – ou nenhuma – participação".<sup>48</sup>

Na terceira fase, após o AI-5, o autor descreve como o POC ficou "perdido (...) dilacerado entre as propostas de penetração na classe operária e a dimensão espetacular das ações que, em certo momento, pareciam muito promissoras". O "*foco catalisador* –, uma original, sofisticada e estranha síntese entre a ortodoxia marxista operária e a heterodoxia da revolução cubana" teria sido mais uma tentativa fracassada que não impediria a cisão do POC. Um setor do partido aproximou-se do Secretariado Unificado da Internacional Trotskista com o intuito de libertar-se da "inércia teoricista da velha Polop", dando origem ao POC-Combate, rapidamente destruído pela repressão. Em outra direção, criticando a "*aventura pequeno-burguesa* das esquerdas armadas (...) Ernesto Martins refundou a Polop, agora com um novo nome: (...) OCML-PO".<sup>49</sup> Com a derrota das esquerdas armadas, as propostas da POLOP – "integrar-se e penetrar na classe, (...) combater os *desvios militaristas*, não tolerar concessões no plano dos princípios" – apareceram "para muitos como uma verdadeira *lanterna dos afogados*".<sup>50</sup> Em torno delas aglutinou-se uma frente com o MR-8 e a APMML, chamada *tendência proletária*, que publicou, no exílio, a revista *Brasil Socialista*. Entretanto, mais uma vez a POLOP escolheu o isolamento em vez da unidade. Enquanto MR-8 e APMML defendiam a participação nas lutas "por liberdades democráticas, com a maior participação possível no jogo institucional-eleitoral, nas margens oferecidas pelo regime" a POLOP "denunciava os desvios embutidos nessas propostas, as esquerdas resvalando, mais uma vez, para o beco sem saída da hegemonia burguesa".<sup>51</sup> A *tendência proletária* se desfez e a POLOP ficou só com seus princípios.

A derradeira etapa tem início com a agitação operária nos anos finais da década de 70. A opção da POLOP foi participar da construção do PT sem se dissolver em seu interior, empenhada para que ele assumisse uma definição anticapitalista, assumisse a luta pela liberdade sindical e fomentasse organizações de base. Quando da criação da CUT a OCML criticaria, sem sucesso, a convivência com a estrutura sindical varguista e a insuficiência das organizações de base. O significado que Reis Filho atribui à trajetória da POLOP se explicita nas palavras com que ele encerra seu artigo, falando da extinção da organização. A POLOP deixaria de existir, "fagocitada no interior do PT, (...) quase sem deixar vestígios, silenciosamente. (...) Desapareceu como vivera. Fiel a seus princípios, na contracorrente de uma história que pareceu, quase sempre, infensa a suas orientações e propostas".<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> Id., *ibid.*, p. 61, *itálicos no original*.

<sup>49</sup> Id., *ibid.*, p. 62, *itálico no original*.

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, p. 65, *itálico no original*.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, p. 64.

<sup>52</sup> Id., *ibid.*, p. 66.

O último texto a compor esta primeira parte do nosso corpus é o artigo que Jean Rodrigues Sales publicou em 2013 na revista *História e Perspectivas*, da Universidade Federal de Uberlândia. Ele defendeu em 2005 sua tese de doutorado sobre o impacto da revolução cubana entre várias organizações comunistas brasileiras, e nela havia um capítulo dedicado à POLOP que é a base do artigo. Sua premissa é a de que a vitória da revolução em Cuba provocou um debate radicalizado sobre estratégia que se propagou por toda a esquerda, já que aquela revolução triunfante era interpretada como prova da superioridade da estratégia guerrilheira e, portanto, como negação das estratégias anteriores. Na POLOP, segundo Sales, a discussão sobre estratégia entrou numa “nova fase com a eclosão do golpe militar. Neste momento, a Polop se viu atraída pelo ideário revolucionário cubano e tentou mesclar duas estratégias revolucionárias que não se mostraram compatíveis: a insurreição de massas e o foco guerrilheiro.”<sup>53</sup>

Sales recorre a documentos para demonstrar que, até o golpe, a discussão feita sobre a revolução cubana na ORM, embora extensa e densa, não teve implicações sobre as definições estratégicas. Ao contrário: “No que diz respeito aos aspectos mais polêmicos da estratégia revolucionária cubana, como a utilização da guerra de guerrilhas, a Polop os trataria com bastante cautela.”<sup>54</sup> Textos publicados no jornal *Política Operária* sobre a experiência cubana ou comentando obras de Che Guevara ressaltavam a dificuldade de se repetirem na América Latina, em futuro próximo, as condições que tornaram possível vencer com o foco guerrilheiro em Cuba. Para Sales, a POLOP “não vê o exemplo de Cuba como caminho viável para países como o Brasil, análise que perduraria pelo menos até o Golpe de 1964”.<sup>55</sup> Uma das hipóteses que o autor sugere, mas não chega a desenvolver, é a de que a posição de crítica intransigente da POLOP ao nacionalismo interferia na avaliação de uma revolução que havia sido iniciada como um movimento assumidamente nacionalista.

A situação se modificaria completamente após o golpe. O foquismo teria ganho estatuto programático, passou a compor a estratégia revolucionária proposta pela POLOP. Sales, assim como Gorender, identifica uma tentativa de combinar estratégias diferentes, mas detecta uma tendência em favor de uma delas: “o que percebemos, tanto em sua prática, quanto em suas elaborações teóricas, é que a organização vai se aproximando cada vez mais da concepção clássica do foquismo e, por consequência, se afastando de sua estratégia original.”<sup>56</sup> Em 1966, nas Teses Tiradentes, a organização “inseria o papel da guerrilha em sua estratégia geral de luta revolucionária”, que envolvia a construção da aliança operário-camponesa e, principalmente, o movimento proletário nas cidades. Neste momento o foco já é um elemento da estratégia, a

---

<sup>53</sup> SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista Política Operária e a Revolução Cubana nos anos 1960. *História e Perspectivas*, n.48, Uberlândia, 2013, p. 315

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 321.

<sup>55</sup> Id., *ibid.*, p. 323.

<sup>56</sup> Id., *ibid.*, p. 325.

revolução passa pelo “foco catalisador”, mesmo que ele ainda aparecesse “ subordinado à questão política e à luta de classes.”<sup>57</sup> Uma resolução política do mesmo ano afirmava que “a derrota das classes dominantes exigia uma luta revolucionária das classes trabalhadoras, e este objetivo pedia antes um ‘foco insurrecional’.”<sup>58</sup>

A aceitação do foquismo chegou ao seu ponto máximo em 1967, segundo Sales. Ele cita documentos da organização com elogios à Guerrilha de Caparaó, à “voz de Cuba” que se estende pelo continente e ao “o papel fundamental da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), principalmente por desmascarar os revisionistas e impulsionar a luta revolucionária”.<sup>59</sup> A mudança ficaria ainda mais evidente em outro documento analisado, o *Aonde Vamos?*, série de textos escritos por Érico Sachs. Ao condenar o “antiguerrilheirismo envergonhado” daqueles que mantinham ressalvas contra a deflagração da guerrilha em momentos de recuo na luta de massas Sachs terminaria por “aceitar aspectos fundamentais da teoria foquista, particularmente no que diz respeito ao voluntarismo político”.<sup>60</sup>

No IV Congresso, conclui Sales, a direção da ORM apresentou a forma mais elaborada de sua estratégia de unir a insurreição de massas e o foquismo, que foi o *Programa Socialista para o Brasil*. Foi também o momento em que ficou evidenciado o enfraquecimento da direção. O foquismo dominou o debate no congresso e terminou por dividir a POLOP ao meio, surgindo dali duas das mais representativas organizações foquistas brasileiras – VPR e COLINA.

## II. PRATELEIRAS ACADÊMICAS

### II.1 Desde os primeiros

A distinção entre estas estantes universitárias que visitaremos agora e as primeiras, de livrarias e bancas, é muito tênue. Boa parte do que lemos acima nasceu do trabalho acadêmico e podemos esperar que algumas dissertações que examinaremos a seguir sejam publicadas no futuro. O único argumento a favor desse critério de organização do material pesquisado é o fato de ele permitir marcar o momento histórico em que a observação foi feita. Os espaços pelos quais circulam os textos sob análise constituem uma variável importante para a apreciação de sua funcionalidade como recursos de combate no campo historiográfico ou como dispositivos de luta hegemônica. Ora, aqueles espaços se modificam ao longo do tempo que, por isso, torna-se outra variável a ser levada em conta. O critério adotado permite entrever a distribuição da produção historiográfica nos terrenos do campo e da hegemonia tal como se apresenta no

---

<sup>57</sup> Id., *ibid.*, p. 327.

<sup>58</sup> Id., *ibid.*, p. 328.

<sup>59</sup> Id., *ibid.*, p. 329.

<sup>60</sup> Id., *ibid.*, p. 329.

momento em que a análise está sendo feita. A expectativa de contribuir para estudos futuros mais amplos e aprofundados sobre a historiografia da esquerda, anunciada no início, é a justificativa para essa escolha.

Na produção universitária especificamente dedicada à história da POLOP também encontraremos exemplares de cada um dos dois modos de proceder que delineamos acima. Isso poderá ser visto imediatamente, pois cada uma das duas primeiras dissertações defendidas representa um deles: perseguir objetivos definidos em termos de avaliação política ou de descoberta e interpretação de informação histórica.

Em 1992 Leovegildo Leal, ex-militante da organização, defendeu, no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, a primeira dissertação de mestrado sobre a história da POLOP.<sup>61</sup> Embora o autor assuma posições antagônicas às dos autores que agrupamos acima sob o rótulo de *historiografia do arrependimento*, sua obra está erguida sobre problemáticas semelhantes. Decerto que, enquanto Gorender, Moraes e Reis Filho se preocupam com o valor político das intervenções da POLOP no passado, Leal postula abertamente a atualidade daquelas formulações, que ele identifica e apoia como expressões da ortodoxia marxista. A questão de fundo, no entanto, é basicamente a mesma: mais do que a investigação histórica da trajetória da POLOP, que ocupa lugar secundário na estrutura dos argumentos, o foco de todos os textos recai sobre o julgamento do mérito político (que aparece, no texto de Leal, como *atualidade*) das posições que a organização defendeu.

Quando publicou sua dissertação, em 2011, Leal alterou o título para *História da POLOP: da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Ele justificou assim a decisão de trazer a público aquele texto duas décadas depois: a publicação atenderia à necessidade da “retomada da ortodoxia marxista como instrumento de conhecimento e transformação da realidade social”. Ora, era este também “o objetivo da fundação, em 1961, da Organização Revolucionária Marxista (...) POLOP”.<sup>62</sup> Esta identidade entre os objetivos da POLOP como organização política e os dele como pesquisador marca o texto inteiro. Na Introdução da dissertação, tratando agora da justificativa do próprio trabalho, encontramos uma definição semelhante de prioridades: “É, pois, no quadro da preocupação de reinstalar não apenas o tema, como **principalmente**, o compromisso com o método do materialismo histórico no seu enfrentamento, é que se insere esse trabalho”.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> LEAL, Leovegildo. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1992.

<sup>62</sup> LEAL, Leovegildo. *História da POLOP. Da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Patos de Minas, Virtualbooks, 2011, p. 5.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, p. 11.

O compromisso do autor com essas premissas anunciadas desde o início se confirma ao longo do texto. Ele procura compatibilizá-las com o propósito de contribuir para o que denomina “uma história crítica da esquerda”, mas adverte para os limites em que concebeu o estudo da história da POLOP: sua pesquisa teve por objeto as ideias, as “conceituações, teses e propostas” e não a “trajetória de intervenção direta nas lutas”.<sup>64</sup> Tal delimitação facilita a coleta de evidências para as suas hipóteses, já que a abundância incomum da produção textual e a centralidade do marxismo no quadro de referências teóricas compartilhado pela POLOP deram origem a um vasto conjunto de textos nos quais Leal não teria dificuldade para identificar o *marxismo ortodoxo*. A certificação do caráter marxista das teses da POLOP (e não marxista das demais correntes de esquerda) é feita recorrendo a textos clássicos de autoridades na matéria, como Marx e Lenin, ou de intérpretes autorizados, como Michel Löwy. No entanto, ao dar pouca atenção às lutas em que a POLOP se empenhou, Leal estreita muito o ângulo do qual poderia observar a conexão entre as “ideias” formuladas e os contextos históricos práticos em que ganharam relevância as questões a que aquelas ideias procuravam responder. Não deixa de ser curioso que um texto empenhado na afirmação do materialismo histórico relegue a segundo plano o estudo da conexão entre ideias e práticas.

Sobre a POLOP, a tese principal de Leal é de que ela cumpriu o papel histórico de quebrar o monopólio do reformismo que predominava na esquerda. Ele dá muita ênfase ao ineditismo da POLOP, que teria realizado “esforço pioneiro, política e organizatoriamente, [sic] de incorporação do marxismo ortodoxo enquanto instrumento de luta do proletariado”<sup>65</sup>. Embora Caio Prado Júnior tivesse formulado muitos anos antes a ideia de que o Brasil já seria um país capitalista, foi a POLOP que desenvolveu a tese a ponto de extrair dela todas as consequências, teóricas e políticas: “A POLOP **introduz** no país, enquanto agrupamento político organizado, a tese do caráter socialista da revolução”.<sup>66</sup>

O “monopólio” do reformismo resultara, segundo Leal, na “incapacidade de produzir uma reflexão marxista a respeito da realidade histórica, social e econômica da formação social” e a “destinação de um papel sempre subalterno e auxiliar para o proletariado no processo revolucionário”.<sup>67</sup> Foi da POLOP que surgiu a “crítica mais global e consequente, do ponto de vista do marxismo, às teses e propostas do reformismo”.<sup>68</sup> Leal entende que as respostas ao reformismo esboçadas por coletivos de caráter maoísta ou trotskista não lograram, por suas próprias debilidades, construir alternativas viáveis. Um dos grupos arrolados no campo dos trotskistas foi a *Liga Socialista Independente* (LSI), de São Paulo, criticada por “uso pouco

---

<sup>64</sup> Id., *ibid.*, p. 12, grifos meus.

<sup>65</sup> Id., *ibid.*, p. 32.

<sup>66</sup> Id., *ibid.*, p. 32, grifo meu.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*, p. 52.

<sup>68</sup> Id., *ibid.*, p. 68.

rigoroso de categorias” e por abrir “espaço aqui e ali à incorporação de teses ora próximas ao anarquismo, ora ao liberal democratismo”.<sup>69</sup> Armado com esta crítica Leal se permite manter a tese da originalidade da POLOP mesmo diante de evidências, que ele conhece, de que grupos trotskistas haviam chegado antes à formulação sobre o caráter da revolução: “O que a história deixou claro é que somente com a POLOP a alusão ao caráter socialista da revolução brasileira vem sustentada pelos princípios do marxismo-leninismo”.<sup>70</sup>

A pesquisa de Leal produziu informações históricas sobre a origem da POLOP, algumas delas contendo pistas muito promissoras. Ao comentar textos de 1960 publicados em *O Metropolitano*,<sup>71</sup> Leal recupera uma documentação valiosa e pouco conhecida a respeito de um espaço importante de polêmicas públicas travadas entre as diversas concepções de esquerda que se anunciavam no contexto de surgimento da POLOP. No entanto, Leal subordina a leitura que faz destes documentos a suas prioridades: fazer o julgamento político das teses e formulações e evidenciar a superioridade da posição dos autores que, naquele momento, estavam envolvidos na movimentação que levaria ao surgimento da organização. Ao se defrontar com críticas dirigidas por outros grupos de esquerda (e endossada por alguns historiadores, como vimos) contra os precursores e estendidas depois à POLOP, ele trata logo de refutá-las. A mais séria acusação vinha com a “alegação de que a esquerda anti-reformista seria isolacionista, daria as costas ao movimento vivo, abandonaria a política”, ou seja, teria cometido “o pecado original do doutrinário”.<sup>72</sup> A explicação para a dificuldade da POLOP com o movimento de massas seria a hegemonia do reformismo, construída ao longo de décadas de “monopólio” que geraria resistências ao programa revolucionário devido à “especificidade qualitativa de suas proposições”. Apesar de todos os obstáculos, a organização conseguiu criar núcleos nos estados mais populosos do país, teve peso na direção da UNE até 1968 e participou ativamente das greves de Contagem e Osasco (1968), da rebelião de sargentos (1963) e marinheiros (1964). “Onde, portanto, o doutrinário?”<sup>73</sup>

A despeito da advertência de que seu objeto são as ideias e não a vida prática, algumas páginas são dedicadas aos núcleos iniciais em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, aos contatos

---

<sup>69</sup> Id., *ibid.*, p. 81. Sabemos hoje que ex-membros da LSI (muitos deles fundadores da POLOP) consideram que era Rosa Luxemburgo, e não Trotsky, a principal referência daquela pequena organização.

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, p. 84.

<sup>71</sup> *O Metropolitano* saiu entre 1959 e 1964 como encarte semanal do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, mas tinha linha editorial independente. Foi criado pela União Metropolitana de Estudantes mas nunca se limitou a assuntos de interesse estritamente estudantil. Segundo Leal, chegou a tirar 170 mil exemplares. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/metropolitano-o>, consultado em 05/03/2016.

<sup>72</sup> LEAL, Leovegildo. *História da POLOP*, op. cit, p. 95.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, p. 96. O leitor perceberá que a contradição com a posição de Gorender citada acima é flagrante.

com o movimento das Ligas Camponesas e com o Movimento Revolucionário Tiradentes. O papel de Érico Sachs é destacado, seja nas articulações iniciais no Rio de Janeiro que levaram à publicação da revista *Movimento Socialista*, seja como teórico principal da organização, seja como elo de ligação internacional, sobretudo com a oposição comunista alemã - KPD-O (Leal menciona mas não dá atenção a outros contatos internacionais da POLOP como Silvio Frondizi e Andrew Gunder Frank e outras expressões da chamada *nova esquerda* na América).

No entanto, à medida que se afasta do momento da fundação e avança em direção ao IV Congresso (marco temporal final da pesquisa), o espaço dedicado à história da organização, mesmo no plano das ideias, se reduz até desaparecer por completo. Formulações a respeito da conjuntura do governo Goulart, o impacto do golpe, a polêmica sobre as alternativas de enfrentamento à ditadura, a luta interna... sobre todos esses temas há abundância de “conceituações, teses e propostas” que não encontraram lugar no trabalho. Não se pode esquecer que Leal fez sua pesquisa antes da disponibilização do acesso aos acervos da POLOP. Seja como for, tais ausências não abalam sua confiança no núcleo do argumento que ele pretendeu expor pois, de fato, para chegar à conclusão de que a POLOP era marxista e que suas formulações continuam atuais, aqueles temas eram dispensáveis:

*Para estudar a história das ideias da Polop fomos levados a fazer presentes as ideias do marxismo. E isso não foi uma exigência acidental, surgida no desenvolver do estudo. Pelo contrário, expressa o conteúdo do nosso objetivo central, que consideramos alcançado se, de fato, tivermos comprovado nossa hipótese de que a Polop constituiu-se fundamentalmente em uma iniciativa política de incorporação do marxismo à prática revolucionária do país.<sup>74</sup>*

E, mais abaixo:

*As ideias axiais da Polop mantêm sua atualidade estrutural, dado que não ocorreu nenhuma mudança qualitativa no modo de existir e se reproduzir do capitalismo no país (...).*

*O marxismo vive.<sup>75</sup>*

Quinze anos se passaram até que fosse concluída a segunda dissertação de mestrado sobre a POLOP, escrita por Joelma Oliveira e defendida na UNESP – Araraquara. Apesar de ser um trabalho de conclusão do mestrado em Sociologia, a autora formulou uma problemática em que preponderam questões propriamente históricas, algo visível já a partir do título: *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1958-1967)*. Temos aqui não apenas a explicitação de marcos temporais, mas uma *démarche* expositiva que esboça movimento, pois vai das origens à cisão. A autora enuncia assim a sua questão central:

*O problema que norteia a investigação é entender como e porque surgiu a POLOP no conjunto do que ficou denominado “nova esquerda”, quais foram as*

---

<sup>74</sup> Id., *ibid.*, p. 185, grifo no original.

<sup>75</sup> Id., *ibid.*, p. 187, grifo no original.

*confluências de fatores que resultaram no surgimento desta organização, quais foram os problemas por ela detectados e diante destes que soluções foram propostas ao longo do seu percurso, na tentativa de organizar a classe operária e ver seu maior objetivo realizar-se: a revolução socialista”.*<sup>76</sup>

Assim como Leal, Oliveira afirma a atualidade das questões que deram origem à POLOP e justifica sua pesquisa na medida em que ela “atualiza a temática da transição socialista num momento em que parece ser muito comum abandonar qualquer perspectiva que aponte para uma alternativa crítica à sociedade capitalista.”<sup>77</sup> Mas sua pesquisa e a estrutura de seu argumento são dirigidos pelas questões enunciadas acima, o que confere a seu texto características inteiramente diferentes. Para responder àquelas perguntas Oliveira precisou recorrer menos aos clássicos do marxismo e bem mais a fontes primárias sobre a POLOP. Dentre essas fontes, uma série de 20 entrevistas com ex-militantes.

Seu primeiro capítulo é um sobrevoo do contexto de surgimento da POLOP, começando pelo questionamento ao imperialismo que ganhava expressões revolucionárias na América Latina seja em processos insurrecionais (Bolívia, Guatemala e Cuba), seja na configuração da assim chamada *nova esquerda*, dentro da qual se destaca a figura do argentino Silvio Frondizi. Trata também, com base em bibliografia e alguns documentos, das discussões havidas no interior do PCB a partir dos desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Por fim presta atenção na trajetória de grupos trotskistas no Brasil, inclusive a LSI, na pessoa de Érico Sachs e na revista *Movimento Socialista*. Sua apresentação de Sachs é feita com o recurso a documentos que seriam repetidamente citados em trabalhos posteriores.

A partir do segundo capítulo o foco recai sobre a história da organização. Combinando fontes diversificadas, Oliveira recupera o período do I Congresso como momento de unificação organizativa entre grupos políticos oriundos de trajetórias distintas que convergiam apenas com base na crítica ao reformismo e ao nacionalismo do PCB e, conseqüentemente, na caracterização da natureza socialista da revolução brasileira. A autora não se detém numa análise em profundidade sobre o que havia de original nas formulações da POLOP sobre o desenvolvimento e as formas próprias do capitalismo no Brasil ou sobre o caráter da revolução, mas passa em revista uma extensa documentação a partir da qual ela acompanha a produção de reflexões e a intervenção política da organização sobre variados temas que se apresentavam na conjuntura. Retoma textos publicados no periódico *Política Operária* como um artigo de Paul Singer sobre a frente dos trabalhadores da cidade e do campo ou textos sobre Cuba, luta armada e foco guerrilheiro. Também encontra fontes a partir das quais mostra o posicionamento da

---

<sup>76</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1958-1967)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Araraquara, UNESP, 2007, p. 7.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, p. 12.



ORM a respeito das eleições, atuação no movimento estudantil, reformas de base, proposta de frente de esquerda revolucionária, as tentativas de aproximação com grupos rebelados das forças armadas e com segmentos trabalhistas, a atividade jornalística e as discussões que previam um golpe de direita. Até por sua abundância, nem sempre as informações colhidas nas fontes repercutem na análise que vai sendo construída, produzindo um certo resíduo empírico no texto.

Oliveira faz neste capítulo a primeira análise mais detida do II Congresso da ORM, ocorrido em janeiro de 1963. Ela constata diferenças importantes entre o I Congresso e este, que tratou de temas organizativos de modo mais sistemático: a crítica dos métodos amadores em vigência, orientações para o trabalho organizativo e para a disciplina interna, critérios de recrutamento, exigência de especialização da direção. Para a autora aquele foi o momento de afirmação do centralismo democrático e do marxismo-leninismo, temas ausentes no Congresso de fundação que, por isso mesmo, representavam uma “mudança de estratégia”<sup>78</sup> da POLOP:

*Conceitos e noções como ‘centralismo democrático’, ‘disciplina interna’, marxismo-leninismo’, aparecem, a nosso ver, pela primeira vez no conjunto das literaturas da POLOP.*<sup>79</sup>

As mudanças apontadas são significativas e, de fato, correspondem a um salto organizativo orientado pelas teses leninistas. Quanto a configurarem uma mudança de estratégia, é uma hipótese que não foi verificada por outros pesquisadores e que suscita diferentes posicionamentos entre os ex-militantes entrevistados pela própria Oliveira. Enquanto Emir Sader e Vania Bambirra entendem que o marxismo-leninismo e o centralismo democrático eram referências da organização desde o início, Theotônio dos Santos e Moniz Bandeira pensam o contrário. Oliveira alinha sua hipótese com estes últimos, considerando que o II Congresso, ao avançar para formas organizativas mais rígidas, rompia com a fase inicial, caracterizada pelo pluralismo político: “Acontece que a partir deste Congresso, conforme observamos nos documentos, este passado mais plural colocou-se como um problema”.<sup>80</sup>

Para Oliveira a tensão entre o pluralismo originário e o esforço de centralização organizativa e programática ecoaria no contexto pós-golpe quando da discussão sistemática do programa socialista. Ela identifica uma superposição de questões no debate interno, com intervenções que propunham um programa para a organização ao lado de outras que pretendiam a elaboração de um programa bem mais amplo, que enfrentasse as questões da luta pelo socialismo no Brasil.

---

<sup>78</sup> Id., *ibid.*, p. 83.

<sup>79</sup> Id., *ibid.*, p. 89, grifado no original.

<sup>80</sup> Id., *ibid.*, p. 93.

Subjacente a esta polêmica estava a tarefa da construção do partido revolucionário no Brasil e o papel a ser desempenhado pela POLOP, questão que também dividia posições:

*Enquanto uns defendiam que a POLOP deveria ser um instrumento de fomentação de um Partido, existia claramente outra posição que defendia que a POLOP já atuava como um órgão partidário e, portanto, deveria transformar-se em Partido Revolucionário.<sup>81</sup>*

O problema do partido revolucionário tem longo curso na história do movimento comunista, como se sabe. No caso da POLOP a discussão envolvia não apenas as questões formuladas no âmbito da II Internacional (contra o revisionismo e sobre o centralismo democrático) mas também as desafiantes questões abertas pela Revolução Cubana sobre o papel da guerrilha. Se, e de que modo, as posições defendidas na discussão interna da ORM recuperam e atualizam aqueles debates não foi objeto da atenção de Oliveira. O que não a impede de chegar a uma conclusão forte:

*No nosso entendimento, na concepção da POLOP a centralidade estava na organização e não nas classes trabalhadoras. Por mais que considerasse a classe operária como sujeito da história, ela era na realidade o predicado, porque o sujeito, na prática, era a organização.*

*Isso pode ser demonstrado através da concepção da organização de que a consciência de classe para si seria atribuída da organização à classe operária. Uma consciência vinda de fora para dentro.<sup>82</sup>*

O III Congresso da ORM em São Paulo, dias antes do golpe civil-militar, é o ponto de partida do capítulo final da dissertação. A autora mostra como, apesar de ver o golpe como um cenário de alta probabilidade, e até de discutir como caracterizá-lo, a organização sofreu abalos. Para os anos de 1964 e 1965 os poucos documentos que encontra, além de testemunharem, por sua raridade, as dificuldades para manter a vida orgânica, revelam o predomínio de discussões sobre o golpe e o regime militar e sobre estratégias para a retomada da organização, inclusive a adoção mais rígida do centralismo e a estruturação em células e organismos para-partidários (opp). O episódio da “guerrilha de Copacabana” é apresentado como tentativa de empregar estruturas clandestinas (aparelhos) que a organização mantinha no apoio a militares que planejavam insubordinar-se, em articulação com o movimento de Caparaó. Também são apresentados documentos que permitem acompanhar a discussão sobre problemas táticos e estratégicos que se estendeu por pelo menos dois anos e teve grande impacto sobre os rumos que a POLOP viria a tomar.

Oliveira faz pela primeira vez o mapeamento documentado da luta interna que se delineia no período entre o III e o IV Congresso e identifica três posições principais. De grupos de Minas

---

<sup>81</sup> Id., *ibid.*, p. 99.

<sup>82</sup> Id., *ibid.*, p. 101.

Gerais ela recolhe críticas à Direção Nacional por seu “reboquismo” e pela incapacidade de formular táticas viáveis a partir das reivindicações imediatas dos trabalhadores e capazes de atrair a pequena burguesia. Como uma das reivindicações mais urgentes era a das liberdades democráticas, esses grupos propunham a palavra de ordem “por uma Assembleia Constituinte Popular”, que exigia rapidez pois dependia de serem aproveitados os resíduos de liberdade de ação que ainda sobreviviam à ditadura. As forças articuladas pela campanha constituinte criariam o ambiente político propício para o sucesso do foco guerrilheiro a ser preparado, mas, se o regime se fechasse ainda mais a ponto de impedir ações de massas, a opção tática passaria a ser a deflagração imediata do foco. Da Guanabara Oliveira encontra documentos de um segundo grupo que preconizava algo muito diferente: a estratégia proposta era a da guerra popular anti-imperialista, de caráter preponderantemente agrário, a ser travado por uma ampla aliança envolvendo não apenas trabalhadores da cidade e do campo, mas artesãos, pequenos proprietários e até segmentos burgueses cujos interesses estivessem em contradição com o imperialismo. A terceira posição foi identificada como sendo a da Direção Nacional. A expressão de suas proposições estratégicas e táticas no debate interno seria, num primeiro momento, a série de textos de Érico Sachs intitulada *Aonde Vamos?* Depois viria um segundo documento, o *Programa Socialista para o Brasil*, aprovado no IV Congresso e reconhecido por todos os pesquisadores como a formulação mais completa da estratégia da POLOP.

A pesquisa de Joelma Oliveira, extensa e detalhada, traz elementos que ajudam a problematizar a história das tensões que levaram à grande cisão de 1967, que terminaria por levar ao fim a ORM-PO. Pode-se acompanhar a escalada de conflitos entre a regional de Minas Gerais, a oposição da Guanabara e a Direção Nacional (é de se notar a insuficiência de referências ao grupo de São Paulo que também viria a romper com a organização) não apenas pela troca de acusações recíprocas, mas pela explicitação de divergências entre opções estratégicas e táticas que terminariam por se tornar incompatíveis

A hipótese geral da autora sobre a história da POLOP, todavia, fica aquém de suas descobertas documentais:

*O que dava unidade ao grupo era a oposição às práxis política do PCB. A partir daí, ao que se percebe pelos documentos, todo o processo foi uma tentativa de homogeneizar a organização, buscando o centralismo democrático e procurando apresentar aos trabalhadores da cidade e do campo um Programa Socialista para o Brasil. O Golpe Militar rompe esta tentativa de solidificação porque apresenta novos problemas ao grupo: a luta ilegal. A luta armada antes negada passa a ser absorvida. Foi a partir deste momento que a POLOP começa a definir-se na prática em “duas organizações”. Uma propôs a construção da revolução socialista através de um partido da classe operária formado pela união dos trabalhadores da cidade e do campo; e a outra defendia a luta antiimperialista de libertação nacional numa ampla aliança da classe*

*média revolucionária, com a pequena burguesia e o proletariado numa luta de classe centralizada no campo através da luta armada.*<sup>83</sup>

## **II.2 Novos estudos, novas problemáticas?**

Poucos anos depois que Joelma Oliveira concluiu sua dissertação de mestrado tivemos um surto de novos trabalhos acadêmicos sobre a história da POLOP – serão 5 dissertações em apenas 3 anos. Não foi por acaso, como já assinalamos. A partir de 2009 o Centro Victor Meyer (CVM) centralizou esforços que vinham se desenvolvendo em diferentes estados do Brasil visando a preservação e difusão da memória da POLOP. Os resultados são notáveis. Foram organizados acervos documentais, publicados livros, realizados eventos, tudo isso a partir de articulações que o CVM construiu com setores acadêmicos e instituições especializadas na conservação e guarda de patrimônio histórico. Os pesquisadores que se debruçaram sobre a história da POLOP desde então tiveram facilitado seu acesso a um tesouro documental de alto valor.

Este é, aliás, o objeto pesquisado por Aline Camargo Torres em sua dissertação defendida em 2013 no Mestrado em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. Sua problemática é completamente distinta de todos os demais trabalhos que analisamos aqui, pois ela não investiga a história da organização, mas sim o modo como sua memória vem sendo construída. Arquivista profissional e funcionária do Arquivo Nacional, Torres esteve envolvida em algumas etapas da iniciativa em prol da memória da POLOP. Sua pesquisa identificou o protagonismo de antigos militantes da POLOP nas iniciativas que tem por objetivo a construção da memória e detectou as marcas que a intencionalidade daqueles sujeitos imprimiu nos produtos. O CVM é visto como o principal agente do “empreendimento memorial” em torno da trajetória da POLOP.

Apesar de demarcar seu estudo por fora do “conteúdo informacional dos arquivos em direção ao papel que desempenham enquanto matéria para a construção de novas narrativas históricas”<sup>84</sup> Torres não se eximiu de apresentar “um balanço, ainda que breve, da trajetória da Política Operária”.<sup>85</sup> Seu balanço se apoia na bibliografia disponível e ela reinterpreta as visões de Reis Filho e Gorender sobre a incoerência na tentativa de conciliar a guerrilha com as lutas operárias, a heterodoxia com a ortodoxia. Uma das questões que sua breve visada sobre a história da POLOP repõe é a da existência ou não de elos de continuidade entre a ORM, o POC e a OCML: “No discurso memorial dos antigos militantes, essas organizações aparecem como ‘fases’ distintas da ‘Polop’, que não sofreria interrupção, a despeito de suas distintas

---

<sup>83</sup> Id., *ibid.*, p. 160.

<sup>84</sup> TORRES, Aline Camargo. *Ditadura, Arquivo e Memória: Notas para um estudo sobre o caso Organização Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 9.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, p. 53.

formações”.<sup>86</sup> Torres vê neste discurso a postulação de uma linearidade que faria “submergir as rupturas e os rearranjos que marcaram a trajetória das organizações identificadas pela sigla ‘Polop’”.<sup>87</sup> A autora assinala a inexistência de consenso entre os historiadores sobre o problema, mas sugere um caminho de análise ao registrar que o campo historiográfico, “embora distinto do campo da memória, guarda com este relação estreita, podendo sofrer influência das narrativas memoriais ou mesmo servir como elemento legitimador dessas narrativas”.<sup>88</sup> Sobre a questão original, no entanto, ela evita se comprometer com uma resposta direta, embora suas considerações sobre as influências das “narrativas memoriais” e sobre o papel “legitimador” sejam bons indícios.

A trajetória de Érico Sachs é o tema de Lucas Correa na dissertação que apresentou em 2014 ao mesmo mestrado da FGV. O autor parte do questionamento do “silêncio tenso e controverso” em torno da figura de Sachs, problematizando ser ele “pouco conhecido de militantes e pesquisadores”<sup>89</sup>. É prudente registrar que praticamente toda a historiografia sobre a POLOP fazia referência a Érico Sachs como o principal teórico da organização, embora houvesse, de fato, pouca informação histórica sobre este personagem. Ao se propor o resgate daquela trajetória Correa lança mão do conceito lukacsiano de “atualidade da revolução”, que ele considera capaz de explicar os três períodos em que ela se dividiria: o de sua influência mais ativa (anos 60), o de seu isolamento (anos 70 e 80) e seu posterior esquecimento.

A fim de mapear o contexto de formação política de Érico Sachs, Correa volta seu olhar para a Alemanha, recuperando as circunstâncias em que se formou a oposição comunista e, em seu seio, a importância de Thalheimer. Trata-se de uma história ainda pouco conhecida no Brasil, mas que vem sendo iluminada graças a publicações do CVM. Correa não pretende contribuir com essa história, apenas seguir as pistas deixadas por outros<sup>90</sup> para mapear as tendências que teriam influência sobre a formação política de Sachs. No segundo capítulo o autor se demora analisando a história do comunismo no Brasil para caracterizar a hegemonia do PCB sobre a esquerda. Seu objetivo aqui é compor o quadro em que a desestalinização e a revolução cubana criaram condições favoráveis à emergência de *novas esquerdas* em vários países da América Latina. Érico Sachs aparece nesse contexto como autor de textos que já o configuram como atento observador de ambos os fenômenos e como referência para as discussões sobre a construção de uma alternativa ao PCB. A rigor o autor se refere à “quebra de hegemonia”<sup>91</sup> do

---

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, p. 66.

<sup>87</sup> Id., *ibid.*, p. 65.

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, p. 67.

<sup>89</sup> CORREA, Lucas. *Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2014, p. 5.

<sup>90</sup> Cf. MEYER, Victor. *Acerca do autor e sua obra*. In: SACHS, Eric. *Qual a herança da revolução Russa?* Salvador, Praxis, 1988.

<sup>91</sup> CORREA, Lucas. *Um nome e um programa...* op. cit., p. 38.

PCB, uma hipótese difícil de demonstrar para o período a que ele se refere. Correa monta esta caracterização recorrendo a documentos escritos pelo próprio Sachs e pouco citados por outros pesquisadores, e também a testemunhos como o de Antônio Cândido. A marca de Sachs está quase sempre presente nas dobras da esteira da contestação à hegemonia do PCB e de lenta construção da *nova esquerda* no Brasil que se estende desde a década de 40, como no pequenino Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), que Antônio Cândido descreve como o primeiro grupamento comunista não stalinista nem trotskista. Depois, nos anos 50, na revista *Novos Tempos*, editada por comunistas como espaço aberto ao debate sobre o stalinismo e, finalmente, na revista *Movimento Socialista*.

O terceiro e conclusivo capítulo trata da trajetória de Érico Sachs na POLOP, uma iniciativa concreta de construção do partido revolucionário socialista. Sua ênfase é na contribuição de Sachs como teórico capaz de formular respostas revolucionárias para as diferentes conjunturas, intervenções acompanhadas pelo autor a partir de ampla documentação. O leitor encontrará citações e comentários a textos que nenhum outro pesquisador empregou, inclusive alguns escritos no exílio de Sachs no México e na Alemanha. Um dos documentos inéditos analisados por Correa é o depoimento que Sachs prestou ao DOPS após sua prisão, em setembro de 1969. É neste capítulo que opera com mais força o conceito de *atualidade revolucionária* que havia sido anunciado na introdução. Assim como Lenin, Sachs é visto como um marxista capaz de reconhecer os aspectos revolucionários de momentos históricos novos e de produzir a atualização teórica necessária. Os anos subsequentes foram de progressivo isolamento de Sachs, que Correa interpreta como “isolamento revolucionário”, aparentemente o reverso da *atualidade revolucionária*. A extensa derrota imposta à esquerda revolucionária foi respondida pela militância com um “reco programático em direção à luta contra a ditadura, entendida como redemocratização”<sup>92</sup> e para Sachs, fiel a seu projeto revolucionário, teria restado o isolamento.

Em 2015 foram concluídas três dissertações sobre a POLOP. A de Lineker Noberto, defendida na Universidade Federal Fluminense, se atém ao curto período compreendido entre o contexto de fundação da ORM e o golpe de 1964.<sup>93</sup> Apesar de constar no título, o conceito de *experiência* não tem qualquer peso na problemática. Os objetivos apresentados são, aliás, modestos, focados na descrição da trajetória da organização e sem ultrapassar os limites alcançados por pesquisas anteriores. São apenas dois capítulos, o primeiro dos quais voltado para a análise do contexto em que surgiu a ORM. Noberto faz o mapeamento dos projetos políticos circulantes à esquerda e demonstra a preponderância da questão nacional abordada em perspectiva burguesa, isto é, como nacionalismo. A tese do PCB sobre o feudalismo brasileiro e o projeto de revolução

---

<sup>92</sup> Id., *ibid.*, p. 115.

<sup>93</sup> NOBERTO, Lineker. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.

democrática nacional confirmariam a delimitação da política dos comunistas aos limites do nacionalismo. O cenário de maior liberdade de pensamento e para as lutas sociais aberto com o fim do Estado Novo seria propício a experimentos alternativos no campo do marxismo, que são observados pelo autor: são explorados documentos sobre o GRAP, o PSB, grupos trotskistas (lembrados como pioneiros na definição do caráter socialista da revolução brasileira) e a LSI.

No segundo capítulo aparece a maior contribuição da dissertação: a descrição detalhada das propostas e da intervenção política da ORM na conjuntura anterior ao golpe. Noberto recorre, em alguns momentos, a documentos que não tinham merecido atenção de pesquisadores até então, como um artigo de Paul Singer publicado em 1962 em *Política Operária* sobre as relações sociais no campo cujo corolário é, por um lado, a refutação bem fundamentada da teoria do feudalismo e, por outro, o papel crítico da luta pela terra, que ameaça a ordem social (a propriedade da terra). Da mesma fonte ele extrai informações sobre as intervenções da ORM no debate sobre estrutura sindical, na fundação da CGT, sobre a atuação em sindicatos e nas discussões sobre a Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo. Sua varredura prossegue colhendo documentos sobre a proposta do GRT (Governo Revolucionário dos Trabalhadores), sobre a atuação da POLOP no movimento estudantil (um texto de Vania Bambirra com avaliação e propostas de intervenção), sobre as dificuldades na construção da frente de esquerda em 1962, e da “união de marxistas revolucionários”, em 1963, com o MRT e o PCdoB. Ele junta outros documentos sobre as relações da POLOP com outros grupos de esquerda, como a polêmica travada por Theotônio dos Santos com a AP e a trajetória de aproximação e depois afastamento com as Ligas Camponesas. Por fim recupera as análises da ORM sobre a revolução cubana (apoio entusiástico e reservas quanto à adequação da tática guerrilheira no Brasil), sobre a Frente de Mobilização Popular e as reformas de base, sobre o Plano Trienal, o caráter do governo Jango e a antecipação da probabilidade de um golpe militar. Um vasto aporte documental que, na ausência de uma problemática melhor elaborada, não desemboca em síntese.

O trabalho de Tiago Guimarães Oliveira, defendido na Universidade Estadual de Feira de Santana, tem características semelhantes ao de Noberto, com exceção do período estudado, que ultrapassa o golpe militar, e do repertório de fontes, que é significativamente menor.<sup>94</sup> Seu primeiro capítulo retorna aos “meandros do partido comunista brasileiro”<sup>95</sup> para traçar sua política, cuja crítica pavimentou o caminho de construção da POLOP. Os capítulos 2 e 3 recontam a história da origem da POLOP, de suas análises sobre a realidade brasileira, de suas

---

<sup>94</sup> OLIVEIRA, Tiago Guimarães. *Um Partido Contra a Corrente: Tese e Disputas da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

tentativas frustradas de sair do isolamento através de frentes (de esquerda e de trabalhadores da cidade e do campo) e dos debates internos sobre o enfrentamento à ditadura.

A terceira dissertação da safra de 2015 foi escrita por Amarildo Aparecido Vieira e defendida na Universidade Federal Fluminense. Esta última peça do nosso corpus filia-se resolutamente ao primeiro *modus operandi* descrito acima. Segundo a apresentação do autor, a investigação sobre a POLOP decorre do objetivo de “estudar a atualidade da teoria do imperialismo”<sup>96</sup> formulada por Lenin e atualizada por Thalheimer e pela POLOP. Após condenar parte da historiografia contemporânea que faz a “apologia de uma irracionalidade que justifica as ações mais infames e hediondas do capital”, Vieira reafirma a urgência atual da teoria do imperialismo, decodificação da lógica contraditória e perversa do capitalismo, e da “revolução em escala mundial” que “se apresenta como único caminho possível para a superação da ordem estabelecida pelo capital em sua configuração imperialista.”<sup>97</sup> O lugar atribuído à POLOP na definição do objeto dessa pesquisa é, pois, ambíguo. A proposta não é de uma pesquisa sobre a história da POLOP e sim sobre como, através da POLOP, foi atualizada a teoria marxista do imperialismo. Mesmo este objetivo, porém, é posto de lado em certas oportunidades para que o autor apresente e endosse soluções teóricas para problemas envolvendo o capitalismo contemporâneo. Com frequência a problemática da “atualidade” da teoria desloca para segundo plano a pesquisa sobre as elaborações feitas pela POLOP.

Como é da teoria do imperialismo que se trata, seu primeiro capítulo, coerentemente, é ocupado pela exposição do “Leninismo como práxis política revolucionária”.<sup>98</sup> O segundo capítulo volta-se para August Thalheimer e sua teoria da *cooperação antagônica*, vista como um momento forte de atualização da teoria do imperialismo. Vieira recupera documentos da POLOP e de Érico Sachs em que o conceito é empregado na análise do desenvolvimento do capitalismo em países subdesenvolvidos. De posse deste recurso teórico, POLOP e Sachs produzem documentos de crítica à política de coexistência pacífica, às relações da URSS com países socialistas (Tchecoslováquia, China) e com movimentos revolucionários em curso e à submissão do movimento comunista internacional a Moscou ou Pequim. Estudando os processos de revolução em países dependentes, como China e Cuba, a POLOP concluiu que

*não existe luta anti-imperialista conservando o sistema capitalista, logo, a derrota do imperialismo passa imperiosamente pela deflagração da revolução socialista, norteadas pelos interesses de classe do proletariado. Isso significa que a burguesia, enquanto inimiga de classe do proletariado, não ocupa nenhum*

---

<sup>96</sup> VIEIRA, Amarildo Aparecido. *Polop: Imperialismo e revolução. Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 4.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, p. 9-10.

<sup>98</sup> Id., *ibidem*, p. 17.



*espaço e não exerce nenhuma função no centro das forças revolucionárias do continente.*<sup>99</sup>

No final do capítulo as hipóteses que Virgínia Fontes publicou em 2010 sobre o capital-imperialismo são apontadas como “pressupostos para uma nova atualização”<sup>100</sup> da teoria.

No terceiro capítulo prossegue a análise da POLOP como produtora de uma contribuição própria à atualização da teoria do imperialismo. Vieira levanta uma série de teses e posições políticas assumidas pela organização nas quais ele constata o avanço no desvelamento dos laços entre o imperialismo e o capitalismo dependente nos marcos da cooperação antagônica: sobre a burguesia em situação de dependência, sobre o jovem e inexperiente proletariado, força motriz da revolução mas influenciado negativamente pelo reformismo e pela política de conciliação de classes, sobre as diferentes formas de institucionalização da dominação burguesa no Brasil, inclusive o bonapartismo, sobre o apoio da burguesia nacional ao golpe e à ditadura. Sem aderir a transplantes automáticos de conceitos e investigando a realidade de seu próprio tempo, a POLOP teria se colocado a salvo do dogmatismo e do stalinismo e pôde, por isso mesmo, dar respostas superiores às questões da construção do partido de vanguarda, do governo de transição e da relação partido-guerrilha.

Apesar de reconhecer em Rui Mauro Marini um dos grandes teóricos da POLOP, Vieira reservou um capítulo inteiro para expor e depois refutar a teoria do sub-imperialismo, formulada por ele. Decidimos excluir de nosso corpus os estudos sobre a teoria da dependência, mas este quarto capítulo merece ser observado de um ângulo metodológico. Salvaguardado por sua problemática sobre a “atualidade” da teoria, o autor recorre primeiro, para compor sua crítica, aos argumentos desenvolvidos por Virgínia Fontes em 2010 para contestar os fundamentos da tese de Marini enunciada nos anos 70. Na parte seguinte do capítulo ele recua trinta e dois anos para resgatar a extensa crítica a Marini feita em 1978 pelos autores do documento *De volta às raízes*, que circulou na OCML. Por fim ele conclui sua análise compendiando autores que fazem a crítica do neodesenvolvimentismo, apresentado como uma teoria não marxista “que almeja se firmar como uma alternativa prática às mazelas do capitalismo contemporâneo”.<sup>101</sup> O modo como o argumento é construído explicita a prioridade da reflexão e a centralidade que nela tem o problema da “atualidade”. A vigência da questão da “atualidade” não cancela, obviamente, a perspectiva histórica de uma análise, mas a indiferença quanto ao tempo em que ocorrem os fenômenos observados, sim.

---

<sup>99</sup> Id., *ibid.*, p. 66.

<sup>100</sup> Id., *ibid.*, p. 67.

<sup>101</sup> Id., *ibid.*, p. 144.

No último capítulo assistimos a um sobrevoo sobre a trajetória da POLOP, quase completamente baseado em fontes secundárias. Nele fica mais visível uma característica que atravessa quase todo o texto de Vieira que é o silenciamento a respeito da vida interna da organização. Ao apresentar as teses e intervenções da POLOP como peças de atualização da teoria do imperialismo o autor não se pergunta sobre as condições históricas em que tais formulações foram elaboradas. O ambiente interno de debate, as tensões e disputas que caracterizaram a história da POLOP são desconsiderados, embora as peças que Vieira recolheu tenham sido todas criadas naquela forja e carreguem marcas dessa origem. Apesar disso, e mesmo sem ter reunido evidências que permitam sustentar conclusões tão peremptórias, Vieira retorna, em seu capítulo final, à afirmação da “importância teórica e prática do marxismo-leninismo que no Brasil teve na ORM – Política Operária – Polop ou simplesmente PO sua principal expressão.” Ou que “a PO foi a primeira organização de esquerda no Brasil a se constituir no estrito campo do marxismo-leninismo”.<sup>102</sup>

Ser “a principal” ou ter sido “a primeira” são, por enquanto, hipóteses cuja verificação requer análises que situem a POLOP num quadro histórico amplo, no qual a esquerda brasileira como um todo apareça com nitidez. Significa que continua aberto um enorme campo para novas pesquisas.

### **III. FECHAR O TEXTO ABRINDO QUESTÕES**

Temos aqui um inventário preliminar da historiografia sobre a POLOP. As sínteses descritivas e os breves comentários feitos sobre cada uma das obras poderão ser de alguma utilidade para leitores interessados em uma visão geral sobre o “estado da arte” das pesquisas e da produção bibliográfica sobre a história daquela organização. Qualquer um que se lança aos desafios da pesquisa histórica sabe o quanto um levantamento como este pode facilitar alguns dos passos iniciais de uma investigação. Na medida em que é o primeiro de sua espécie dedicado à Política Operária, este inventário talvez possa pretender o reconhecimento de alguma relevância.

Mas as peças do corpus historiográfico que acabamos de manusear podem ser objeto de um olhar mais inquieto que, ao invés de repousar sobre o trabalho já feito, descortina novas e mais desafiadoras tarefas. A mais instigante delas aponta para o estudo da modelagem do campo da História da Esquerda e de sua ativação como arsenal na luta hegemônica, mas há outras possibilidades a serem exploradas. Já sabemos, desde o começo, que não podemos chegar a sínteses conclusivas dispendo de resultados limitados à historiografia de uma organização apenas. O que está a nosso alcance é a sistematização de alguns desses resultados de modo a que

---

<sup>102</sup> Id., *ibid.*, p. 149.

eles sirvam como ponto de partida para a formulação de problemáticas e hipóteses a serem submetidas a verificações posteriores, mais amplas e mais precisas.

Um desses pontos é aquele a que chegamos no final da seção anterior. A trajetória da POLOP põe em destaque uma das características mais evidentes e, não obstante, pouco exploradas da história da esquerda: sua natureza intrinsecamente conflitiva. Todos os autores lidam, de algum modo, com o problema de ser a história da Política Operária inseparável e, em larga medida, incompreensível sem o quadro histórico de construções e desmanches de relações de antagonismo e, mais raramente, de aliança em que ela se move. Vimos que a questão foi abordada de diferentes maneiras. As obras que agrupamos acima como *precursores* e como exemplares da *historiografia do arrependimento*, ao abrirem o escopo de suas análises para a esquerda como um todo, enfrentam o problema mais de perto, mas com menor acurácia. A POLOP aparece ali como uma organização entre outras e sua história é estudada quase sempre a partir de hipóteses generalizadas para o conjunto da esquerda. A singularidade da POLOP é reconhecida unanimemente pelos autores e a pluralidade da esquerda permanece visível, mas as discontinuidades entre os projetos e as tensões que a luta política instalou nestes espaços heterogêneos foram abrandadas ou até silenciadas. O livro de Gorender constitui uma exceção parcial, já que ele se esforça para registrar os *combates* travados também entre as organizações. Contudo, sua visão de um destino comum trágico e sua autocrítica terminam por estender um fino lençol mortuário debaixo do qual as diferenças também ficam menores.

Os textos que tratam especificamente sobre a Política Operária, por sua vez, quase nunca escapam da necessidade de situar a organização diante das “outras esquerdas”: do PCB, nos anos 60, e das várias organizações revolucionárias surgidas depois do golpe. É praticamente impossível evitar, já que boa parte da política feita pela organização foi concebida e apresentada em confronto direto com as teses e posições das outras correntes e esta característica aparece explicitada nas fontes. Aqui as especificidades da POLOP ganham estatuto de objeto de estudo e, por isso mesmo, maior visibilidade. Com elas, as diferenças e tensões com as outras organizações aparecem mais nitidamente no horizonte de algumas análises, mas nunca chegam muito mais perto que isso. A maioria dos outros grupos é descrito à distância, se tanto, mesmo aqueles oriundos de cisões da própria organização. Mesmo o PCB, que é quase onipresente nas obras sobre a POLOP, aparece em negativo, a referência contra a qual a organização formulou suas teses principais.

Seja como for, a historiografia que examinamos fez aparecer este problema real para os estudos sobre a história da esquerda que poderia ser enunciado como a *questão do entrelaçamento*. Fez mais que isso, ao experimentar soluções insuficientes para o problema – acolher a diversidade da esquerda mas submetê-la a generalizações ou afirmar a diferença específica de uma

organização e minimizar a importância do protagonismo histórico de suas adversárias ou aliadas na construção de sua própria trajetória. Temos aqui desenhado o desafio metodológico de reunir em sínteses coerentes, de um lado, a investigação aprofundada das trajetórias de organizações que, mesmo constituídas como unidades políticas, abrigam diversos níveis de heterogeneidade e conflito em seu interior, e de outro as múltiplas formas de sua inserção ativa e passiva num ambiente histórico multifacetado e dinâmico, no qual atuam, inclusive, outras forças de esquerda. Parece claro que, para além do desafio metodológico, tal problema extrapola a capacidade individual de qualquer pesquisador, já que ele traz consigo exigências de avanço no conhecimento histórico sobre as organizações de esquerda como um todo. E com isso chegamos a outra questão sobre o conjunto das pesquisas.

O avanço do conhecimento histórico sobre um determinado tema é um dos resultados esperados da consolidação de um campo historiográfico. No caso da historiografia sobre a POLOP, no entanto, este avanço ocorre de um modo peculiar. Ao contrário do que se passa na grande maioria das áreas de conhecimento, aqui quase não há debate direto entre os intelectuais envolvidos na pesquisa do mesmo objeto. São pouco frequentes no corpus as citações a trabalhos de outros historiadores sobre a POLOP e quase inexistentes as referências a textos sobre a história da esquerda. O mencionado artigo de Marcelo Badaró é a exceção que confirma o padrão. Onde o silêncio é rompido entra em cena o intelectual cordial. Quando aparecem menções a outros textos é raro que sejam polêmicas e em nenhum caso é produzida uma crítica mais completa ou radical ao eixo estruturante (problemática, hipóteses, quadro conceitual, fontes) de qualquer obra citada. Há muitas divergências, como deve ter ficado evidente nas páginas anteriores, mas elas não são explicitadas ou são minimizadas pelos próprios autores.

É um fenômeno estranho sobretudo no caso dos trabalhos que nós classificamos no segundo tipo quanto ao modo de conceber e conduzir a pesquisa – aqueles que procuram circunscrever sua iniciativa aos limites traçados por objetivos eminentemente investigativos. Aparentemente mais preocupados com as *regras da arte*, aqueles acadêmicos tampouco se empenharam na execução desta etapa canônica do trabalho do historiador. Se esta for, como parece, uma característica não apenas da historiografia sobre a POLOP, mas também dos demais trabalhos sobre organizações de esquerda, estamos diante de algo que requer investigação. Se um campo intelectual mantém ocultos, ou quase, os termos em que se travam as disputas em torno de um saber que só subsiste mediante a *explicitação* de seus recursos e procedimentos, então é necessário descobrir quais são e como são travadas as disputas que realmente determinam as posições de poder no campo.

Há mais uma questão posta em relevo pela historiografia da POLOP que diz respeito a áreas vizinhas e que, também por isso, deve ser sistematizada para estudos posteriores. O outro modo

de proceder com as pesquisas que identificamos na leitura que fizemos é aquele que orienta o trabalho intelectual para objetivos formulados em termos políticos, quase sempre voltados para exaltar ou, ao contrário, para minimizar o valor da experiência prática ou das formulações teórico-políticas da POLOP. Em seus textos os historiadores deste grupo assumem posição perante grandes polêmicas, como a condenação à esquerda revolucionária feita em tom de autocrítica arrependida e facilitada pelo apagamento de diferenças relevantes entre as histórias das organizações, ou a proclamação da atualidade ou da superioridade do marxismo-leninismo com base em fontes que não suportam tais conclusões. Notamos que em qualquer dos casos, ao fazê-lo, eles extrapolam o alcance dos recursos analíticos que reuniram em suas pesquisas sobre a história da POLOP. Essas extrapolações, no entanto, uma vez que sejam identificadas, tornam visíveis as ligações dos autores a certas concepções de História e visões de mundo.

Há boas razões para acreditar que esta não é uma característica exclusiva da historiografia sobre a Política Operária. Ex-militantes – há vários deles exercendo o ofício de historiador – ou não, aqueles que se debruçam sobre a história da esquerda estão muito expostos à força gravitacional das concepções de História e das visões de mundo em que elas se inscrevem. A rigor nenhum habitante do mundo da luta de classes e, portanto, nenhum historiador escapa dessa influência, embora possam lidar com ela de maneiras muito diferentes. Mas a história da esquerda é um campo especialmente propício para o mapeamento dessas conexões justamente porque tende a torná-las um pouco mais nítidas. Vistas com o devido cuidado, as polêmicas que atraem os pesquisadores para terrenos distantes de suas fontes dizem respeito não apenas aos problemas do passado, que eles abordam diretamente, mas também a questões vivas, atuais, nas quais eles esbarram mesmo sem querer. Este mapeamento pode abrir o caminho para avançar na problematização da atuação profissional dos historiadores como uma modalidade de intervenção significativa e relevante nas práticas de hegemonia. É uma tarefa que mal foi iniciada e para a qual não se deve esperar a adesão de muitos dentre os nossos colegas de ofício.